



**TABULAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS DE
SUSTENTABILIDADE DOS CAMPI DO IFPA
2019**



GESTORES DO IFPA

Cláudio Alex Jorge da Rocha
Reitor

Elinilze Guedes Teodoro
Pró-reitora de Ensino

Ana Paula Palheta Santana
Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Fabrcio Medeiros Alho
Pró-reitor de Extensão

Raimundo Nonato Sanches de Souza
Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Danilson Lobato da Costa
Pró-reitor de Administração

Paulo Henrique Gonçalves Bezerra
Diretor de Tecnologia da Informação

Fábio Dias dos Santos
Diretor de Gestão de Pessoas

Comissão Central de Meio Ambiente

Flavia Augusta Miranda Lisboa
Presidente

Vanessa Souza Álvares de Mello
Vice-presidente

Suellen Souza Ramos
Membro Titular da PRODIN

Elaine Cristina de Miranda Wanzeler
Membro Titular da PROEN

Nayara Cristina de Melo Caldeira
Membro Titular da PROEX

Milene Coelho Nery
Membro Titular da PROAD

Tuani Souza Ladeira
Membro Titular da DGP

Jorge Luís Moraes Valente
Membro Titular da DTI

Mara Líbia Viana de Lima
Membro Titular do Campus Ananindeua

Suany Couto Teixeira Nunes
Membro Titular do Campus Castanhal

Maria José Buchalhe Silva
Membro Titular do Campus Santarém

Adriana Albuquerque do Nascimento Sousa
Membro Titular do Campus Tucuruí

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Utilização de Painéis Fotovoltaicos.	8
Gráfico 2 - Utilização de aquecimento solar.	9
Gráfico 3 -Medidas de capacitação para economia de água e energia.	9
Gráfico 4 - Medidas para incentivar o consumo consciente de água.	10
Gráfico 5 - Adaptações na estrutura física para a economia de água e/ou energia.....	11
Gráfico 6 - Utilização de Central de água purificada.....	11
Gráfico 7 - Utilização de alguma técnica para otimizar a irrigação.....	12
Gráfico 8 - Manutenção de equipamentos hidráulicos e elétricos.....	13
Gráfico 9 - Técnica de reutilização da água.....	13
Gráfico 10 - Boas práticas para economia de água e energia.....	14
Gráfico 11 - Modernização: priorização de aquisição de equipamentos com menor consumo de água e energia.....	15
Gráfico 12 - Utilização de poço artesiano.	15
Gráfico 13 - Utilização de sistema de micro ou minigeração eólica.	16
Gráfico 14 - Registro de Consumo e gastos com energia elétrica e ou água por centro de custo.	16
Gráfico 15 - Comissão interna ativa exclusiva para coordenar e executar ações e medidas de eficiência energética e/ ou água.	17
Gráfico 16 - Outras soluções para redução de gastos com água e energia.	18
Gráfico 17 - Projetos de Construção e reformas de prédios que utilizem tecnologia para a redução do consumo de água e energia.	18
Gráfico 18 - Estímulo ou realização de reaproveitamento dos resíduos sólidos.....	19
Gráfico 19 - Realização de Coleta Seletiva Solidária nos Campi.	20
Gráfico 20 - Convenio com associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.	20
Gráfico 21 - Existência de Comissão para a coleta seletiva solidária.....	21
Gráfico 22 - Existência de inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental.....	22
Gráfico 23 - Existência de Planos de Logística Sustentável.....	22
Gráfico 24 - Comissão de logística Sustentável nos Campi.....	23
Gráfico 25 - Licitações com critérios de sustentabilidade ambiental.	24
Gráfico 26 - Aquisição de bens produzidos com padrões de sustentabilidade ambiental.	25
Gráfico 27 - Aquisição de serviços com padrões de sustentabilidade ambiental.....	25
Gráfico 28 - Capacitação de servidores nos Campi para ações de sustentabilidade ambiental. 26	
Gráfico 29 - Adesão a Agenda Ambiental da Administração Pública.....	27
Gráfico 30 - Desenvolvimento de projetos de Pesquisa com o tema Meio Ambiente.	28
Gráfico 31 - Desenvolvimento de projetos de Extensão com o tema Meio Ambiente.	28
Gráfico 32 - Incentivos monetários (bolsas) pelos Campi aos alunos que se dedicam as atividades de sustentabilidade/meio ambiente.....	29
Gráfico 33 -Incentivos acadêmicos pelos Campi aos alunos que se dedicam as atividades de sustentabilidade/meio ambiente.....	30
Gráfico 34 - Existência nos Campi dos planos de Ações e Metas Ambientais.	31
Gráfico 35- Existência de oferta para a participação da comunidade acadêmica em programas socioambientais realizados fora de seu Campus.	31

Gráfico 36 - Envolvimento da comunidade acadêmica na execução da Política Ambiental ou de Sustentabilidade.....	32
Gráfico 37- Existência nos Campi de canal para apresentar ou responder sugestões, queixas, reclamações etc, sobre meio ambiente e/ou sustentabilidade.....	33
Gráfico 38 - Existência nos Campi de Comissão Interna de Meio Ambiente.	33
Gráfico 39 -Eficiência do gasto público.	34



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 METODOLOGIA	6
2.1 ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO ONLINE	6
2.2 APLICAÇÃO E PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO	6
2.3 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	7
3 RESULTADOS	8
3.1 USO RACIONAL DE RECURSOS NATURAIS.....	8
3.2 GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	19
3.3 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	23
3.4 SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	26
3.5 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	26
3.6 OUTRAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	27
REFERÊNCIAS	36



1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 60, as questões ambientais ganharam importância no contexto mundial. Foi a partir da elaboração do relatório “Os Limites do crescimento”, publicado pelo Clube de Roma que a sociedade percebeu a degradação ambiental causada por suas atividades, principalmente pelas as industriais. Este documento fazia uma prospecção de como ficaria o planeta, caso o homem não alterasse os padrões de desenvolvimento econômico implantado. Foi considerado como um documento muito relevante para o despertar da consciência ambiental, que desencadeou diversos, acordos, elaboração de vários relatórios e conferências. Em especial a Conferência Rio 92, em que foram elaborados diversos documentos como: a carta da Terra, a agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Dentre os ODM, cujos pilares estão alicerçados nas dimensões: social, econômica e ambiental, destaca-se o Objetivo 7 que trata da sustentabilidade ambiental.

Dessa forma, é imprescindível construir processos sustentáveis e realizar, sistematicamente, ações que visem não só a preservação dos recursos naturais, mas também que permitam melhorar internamente as condições socioeconômicas e de responsabilidade socioambiental, fazendo com que as instituições adotem um modelo de gestão cada vez mais sustentável.

Nesse contexto, e atendendo também ao que está disposto na missão do IFPA que é a de “Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e integração dos saberes”, que estabelece que a educação é ofertada de modo que se favoreça o desenvolvimento da região com sustentabilidade, além da necessidade de atendimento aos requisitos legais essenciais aos objetivos institucionais.

Nesse sentido, a Comissão Central de Meio Ambiente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), apresenta o resultado dos questionários aplicados nos 18 Campi, o qual foi estruturado em tópicos, conforme os Eixos Temáticos da A3P:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Gestão adequada dos resíduos gerados;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Sensibilização e capacitação dos servidores;
- Licitações sustentáveis.

As perguntas que não dizem respeito a nenhum desses eixos compõem um item intitulado como outras ações de sustentabilidade.

As informações contidas neste documento possibilitaram diagnosticar as ações ambientais e de sustentabilidade nos Campi do IFPA, no ano de 2019, que servirá de subsídios para elaboração do Diagnóstico Ambiental dos respectivos Campi.

2 METODOLOGIA

O presente relatório tem como área de estudo os 18 Campi do IFPA, sendo eles: Abaetetuba, Ananindeua, Altamira, Belém, Braganca, Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Tucuruí e Avançado Vigia.

2.1 ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO ONLINE

A metodologia utilizada foi a aplicação dos questionários, com perguntas fechadas para cada Campus do IFPA, utilizando o LimeSurvey, um software livre para aplicação de questionários online escrito em PHP¹ que utiliza bancos de dados MySQL², PostgreSQL³ ou Microsoft SQL Server para persistência de dados. Ele permite que usuários sem conhecimento sobre desenvolvimento de software possam publicar e coletar respostas de questionários. O questionário aplicado continha 39 perguntas direcionadas aos temas sobre sustentabilidade ambiental e eficiência na utilização de recursos ambientais.

Em 2019, foi utilizado pela primeira vez para aplicação do questionário no IFPA, no Lime, uma vez criado um questionário, ele pode ser publicado online (questão por questão, grupo a grupo de questões ou tudo em uma única página de questionários).

O Limesurvey permitiu definir como as questões que foram mostradas, e variando o formato do questionário por meio de um sistema de padrões (*templates*). Forneceu ainda uma análise estatística básica sobre os resultados dos questionários para posterior análise de resultados. O Lime possui a capacidade de gerar Tokens individualizados (chaves), de forma que apenas a pessoa que receber um token poderá acessar o questionário. No caso no IFPA, para esta ação, apenas os presidentes de cada comissão local receberam os tokens. Isso foi necessário para que não houve duplicidade nas informações.

O levantamento dos dados referentes ao contexto atual do meio ambiente nos Campi do IFPA teve como base a aplicação de um questionário disponibilizado para ser respondido pelas Comissões locais de Meio Ambiente das 18 unidades.

A elaboração do questionário para a coleta de informações levou em consideração os eixos temáticos para uma gestão sustentável. Esse instrumento foi composto por 39 perguntas que tratam sobre: fontes alternativas de energia, economia de água e energia, consumo consciente de água e energia, irrigação, central de água tratada, manutenção de equipamentos hidráulicos e elétricos, reuso de água, formas de abastecimento de água, coleta seletiva e reaproveitamento de resíduos, eficiência do gasto público, licitações sustentáveis, utilização de bens com padrões de sustentabilidade ambiental, inventário de bens e materiais, logística sustentável, capacitação em sustentabilidade ambiental, adesão a A3P, projetos de pesquisa e de extensão na área ambiental, incentivo monetário a discentes para a realização de atividades de sustentabilidade, envolvimento dos servidores e alunos nas ações de sustentabilidade, canal para registro de sugestões, reclamações e comissão interna de meio ambiente.

2.2 APLICAÇÃO E PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

O questionário eletrônico foi disponibilizado por meio de um link enviado aos membros das Comissões locais através de e-mail institucional para que este fosse respondido

de forma online. A disponibilização, para as Comissões, dos links para acesso ao questionário ambiental foi realizada no dia 09 de dezembro de 2019.

Após o envio do e-mail com o link foi comunicado a todos os membros pertencentes ao grupo no *WhatsApp* denominado “Com. Locais de Meio Ambiente”. Na referida comunidade estão todos os membros das comissões locais dos 18 Campi do IFPA, sendo obrigatório a participação do presidente de cada comissão.

O apoio, as unidades, foi realizado por meio da internet e telefone. A equipe responsável pela aplicação acompanhou sistematicamente o envio e preenchimento dos questionários entre os 09 a 23 de dezembro de 2019. Porém, finalizado prazo, os Campi Belém e Bragança não haviam respondido o questionário e, foi aberto novo período para preenchimento que correspondeu de 06 a 10 de janeiro de 2020.

2.3 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise preliminar dos dados brutos foi realizada pela presidência da Comissão Central de Meio Ambiente, por meio da leitura dos gráficos construídos a partir da análise das perguntas do questionário buscando possíveis inconsistências nas respostas apresentadas. Caso constatada incoerência, a presidente da Comissão Central buscava esclarecimentos pertinentes, por meio de e-mail enviado aos membros das comissões locais.



3 RESULTADOS

Com base em dados quantitativos e qualitativos colhidos por meio da aplicação dos questionários respondidos pelas Comissões Locais de Meio Ambiente, foram construídos gráficos que sintetizam as respostas dos questionários.

3.1 USO RACIONAL DE RECURSOS NATURAIS

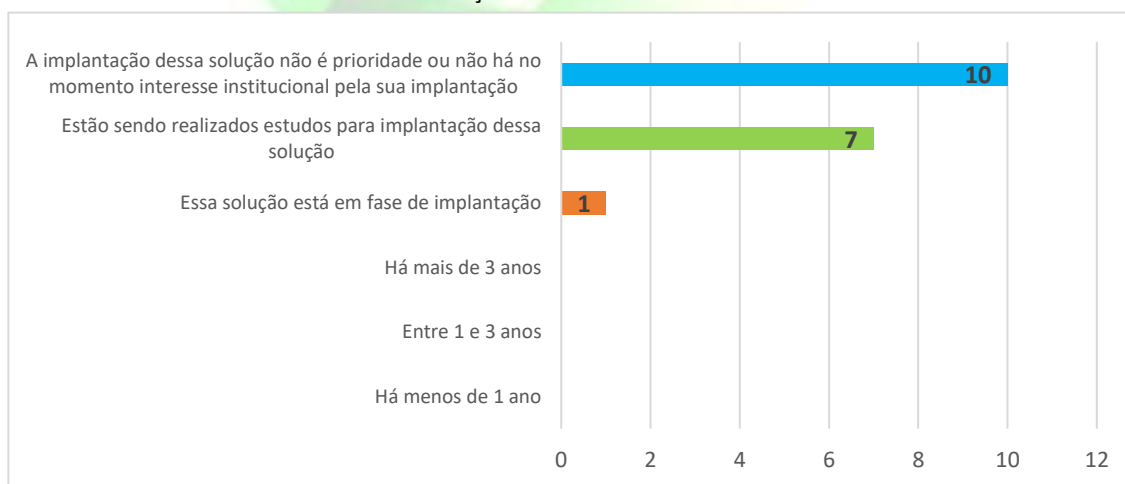
A energia elétrica se tornou um dos bens de consumo fundamentais para as sociedades modernas. Ela é utilizada para gerar iluminação, movimentar máquinas e equipamentos, controlar a temperatura, produzindo calor ou frio, agilizar as comunicações etc. Da eletricidade dependem a produção, locomoção, eficiência, segurança, conforto e vários outros fatores associados à qualidade de vida (A3P, 2009).

A economia nos edifícios públicos pode se dar por meio de medidas como o gerenciamento das instalações, adoção de equipamentos tecnologicamente mais avançados e eficientes, alterações de algumas características arquitetônicas, utilização de técnicas modernas de projeto, construção e alterações dos hábitos dos usuários (A3P, 2009).

Desse modo, no Gráfico 1 é mostrado que dos 18 (dezoito) Campi pesquisados, apenas o Campus Belém (5%) está implantando painéis fotovoltaicos para a geração de energia mais sustentável. Outros Campi, como: Abaetetuba, Breves, Marabá Rural, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Avançado Vigia estão realizando estudos para implantação dessa solução, o que equivale a 38% dos Campi.

Os Campi Altamira, Ananindeua, Bragança, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Óbidos e Tucuruí informaram que não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela implantação de painéis fotovoltaicos, o que representa 55% das unidades pesquisadas.

Gráfico 1 - Utilização de Painéis Fotovoltaicos.

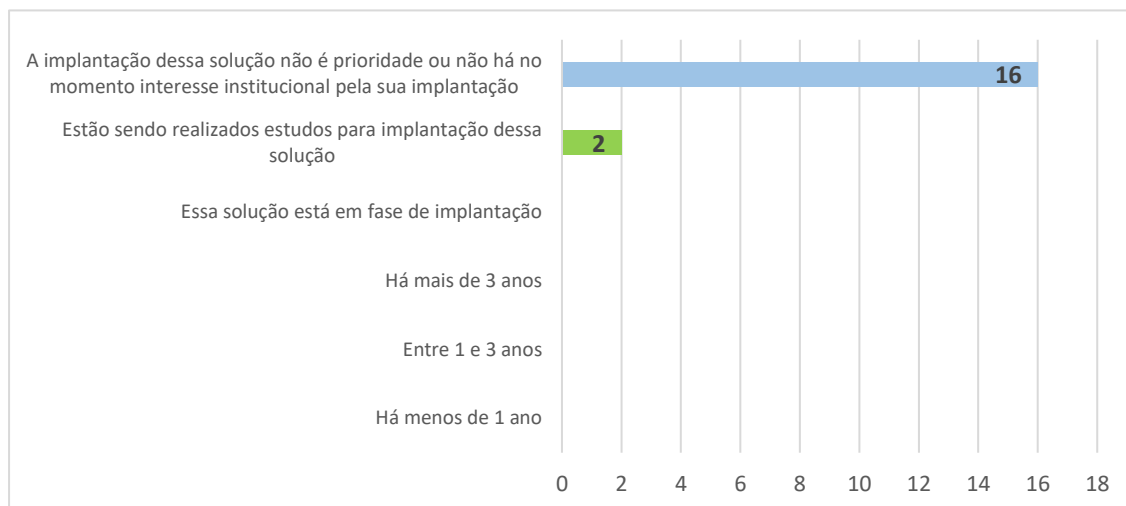


Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

De acordo com o Gráfico 2, dos 18 (dezoito) Campi em que o questionário foi aplicado, 16 (88%) relataram que a utilização de aquecimento solar não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, são eles: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Parauapebas, Santarém e Tucuruí. Somente em 2

(dois) Campi, Paragominas e Avançado Vigia, estão realizando estudos para implantação dessa solução, o que equivale a 11% dos campi pesquisados.

Gráfico 2 - Utilização de aquecimento solar.

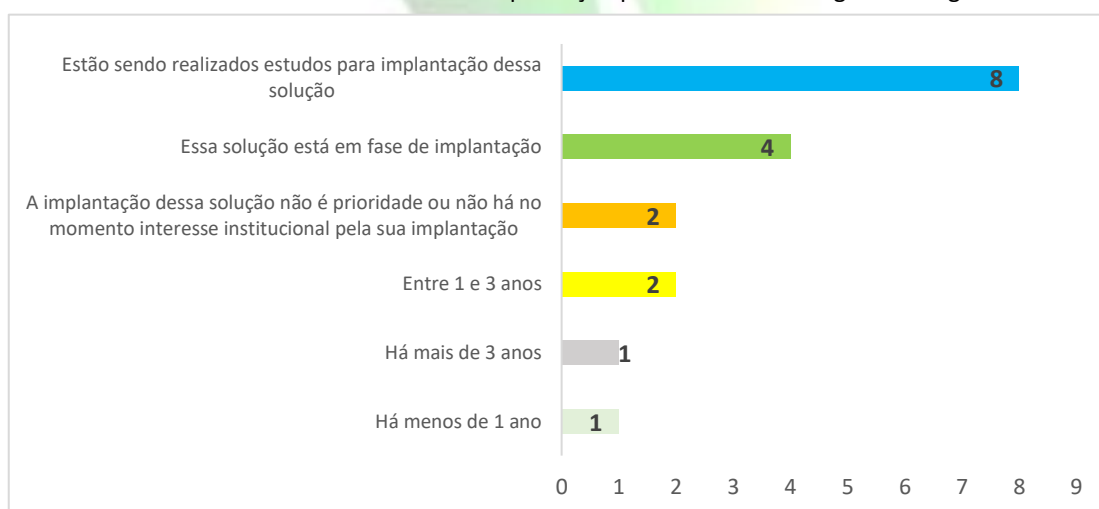


Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Ao longo do tempo se percebeu que alguns dos recursos naturais mais utilizados pudessem se tornar escassos, fez com que o homem buscasse criar alternativas para utilizar racionalmente a água e outros recursos naturais. Nesse sentido, o conceito de uso racional da água está inserido nos eixos temáticos e nos preceitos do desenvolvimento sustentável.

Dos 18 Campi, 4 (22%) informaram que já adotam medidas de capacitação para a economia de água e energia (Gráfico 3). O Campus Abaetetuba adotou há menos de 1 ano, Bragança e Avançado Vigia já adotam entre 1 e 3 anos e Ananindeua há mais de 3 anos.

Gráfico 3 - Medidas de capacitação para economia de água e energia.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Dos 18 campi analisados, 8 (oito) deles, que equivale a 55%, já adotam medidas para incentivar o consumo consciente de água e energia. O Campus Abaetetuba adota essas

medidas há menos de 1 ano, Altamira, Bragança, Santarém, Tucuruí e Avançado Vigia, já adotam entre 1 e 3 anos. Os campi Ananindeua e Breves já adotam essas medidas há mais de 3 anos.

Os campi Belém e Parauapebas estão implantando medidas para o consumo consciente, representando 11% das unidades. Já os campi Cameté, Castanhal, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Paragominas estão realizando estudos para implantação dessa solução.

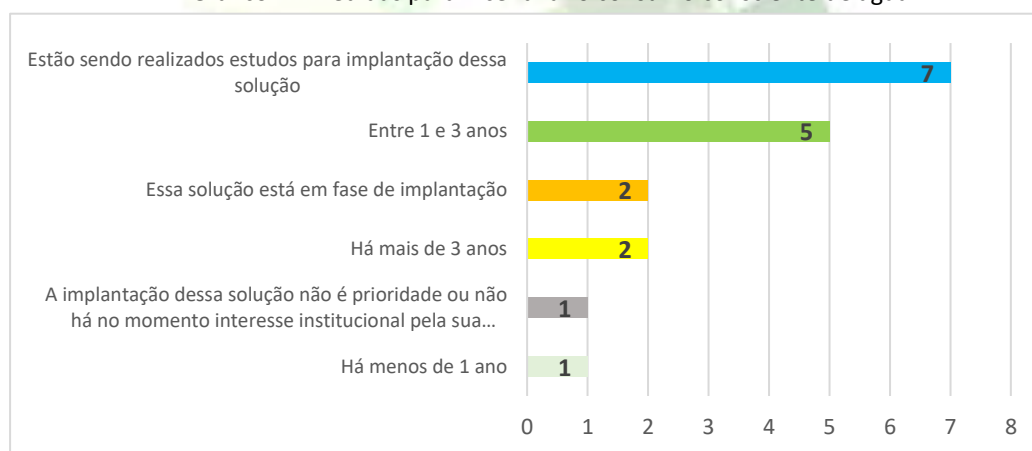
Para 5% das unidades, representada pelo Campus Conceição do Araguaia a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação.

As medidas de capacitação para a economia de água e energia estão em fase de implantação, nos Campi: Belém, Breves, Marabá Industrial e Parauapebas. Em 44% das unidades estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução, sendo elas: Cameté, Castanhal, Itaituba, Marabá Rural, Óbidos, Paragominas, Santarém e Tucuruí.

Para os Campi Altamira e Conceição do Araguaia, a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, o que representa 11% dos Campi pesquisados.

No Gráfico 4 são apresentados os resultados das medidas para incentivar o consumo consciente de água.

Gráfico 4 - Medidas para incentivar o consumo consciente de água.



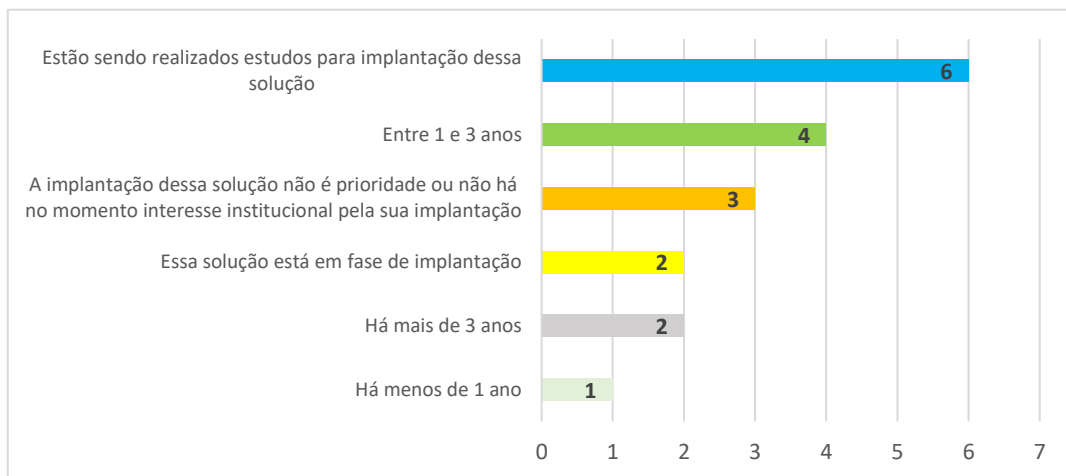
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IPFA (2020).

Conforme ilustra o Gráfico 5, dos 18 (dezoito) Campi, 7 destes, que equivale a 38%, já realizaram adaptações em sua estrutura física com a finalidade de economizar água e ou energia. O Campus Paragominas já está realizando adaptações em sua estrutura há mais de 1 ano. Já os Campi Bragança, Santarém, Tucuruí e Avançado Vigia estão realizando estas adaptações entre 1 e 3 anos e os Campi Ananindeua e Belém há mais de 3 anos realizam essas adaptações, com vistas a otimizar a redução de água e energia elétrica.

Essas adaptações na estrutura física estão em fase de implantação nos Campi: Abaetetuba e Parauapebas, equivalente a 11%. Já em Altamira, Breves, Cameté, Castanhal, Itaituba e Marabá Industrial estão sendo realizados estudos para adaptação da estrutura física.

Para 16% dos Campi a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, como é o caso dos Campi Conceição do Araguaia, Marabá Rural e Óbidos.

Gráfico 5 - Adaptações na estrutura física para a economia de água e/ou energia.



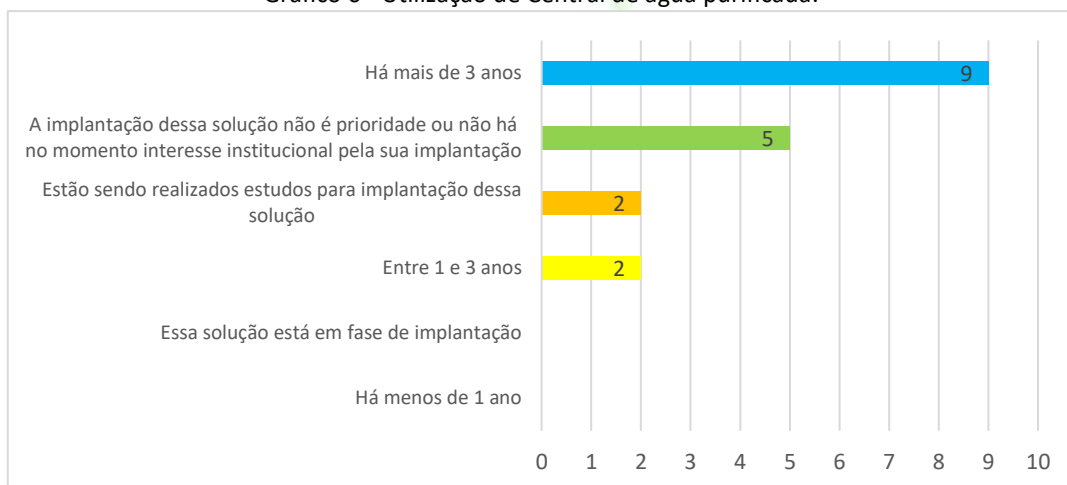
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação a presença de central de água purificada nos Campi, dos 18 (dezoito) Campi pesquisados, 9 (equivalente a 50%) possuem essa solução para tratamento de água há mais de 3 anos, são eles: Altamira, Ananindeua, Belém, Breves, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial, Óbidos, Parauapebas e Tucuruí. Já os Campi Abaetetuba e Bragança possuem entre 1 a 3 anos, como mostrado no Gráfico 6.

Os Campi Paragominas e Santarém estão realizando estudos para implantação dessa solução há mais de 3 anos.

A implantação de central de tratamento de água não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação nos Campi: Cametá, Castanhal, Itaituba, Marabá Rural e Avançado Vigia.

Gráfico 6 - Utilização de Central de água purificada.



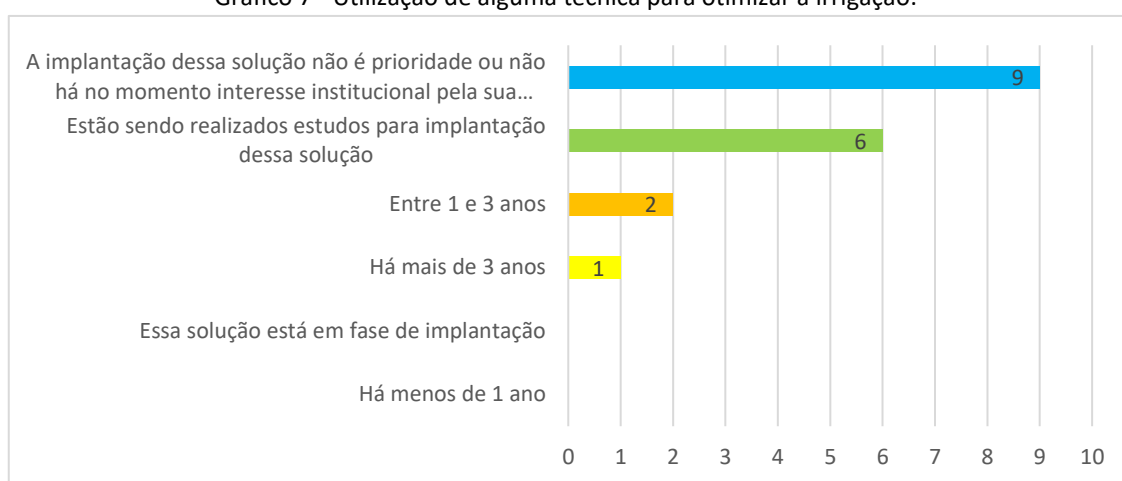
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação a pergunta “utilização por parte das Unidades de técnica de otimização de irrigação”, no Gráfico 7 pode se observar que 11% já possuem essas técnicas, representados pelos Campi Bragança e Marabá Rural (entre 1 e 3 anos) e 5% representado pelo Campus Castanhal (há mais de 3 anos).

Estão sendo realizados estudos para implantação de técnicas para otimização da irrigação em 33% dos Campi, sendo estes: Breves, Cametá, Óbidos, Paragominas, Santarém e Tucuruí.

A utilização dessas técnicas não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação nos Campi: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Parauapebas e Avançado Vigia, representando 50 % das unidades pesquisadas.

Gráfico 7 - Utilização de alguma técnica para otimizar a irrigação.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

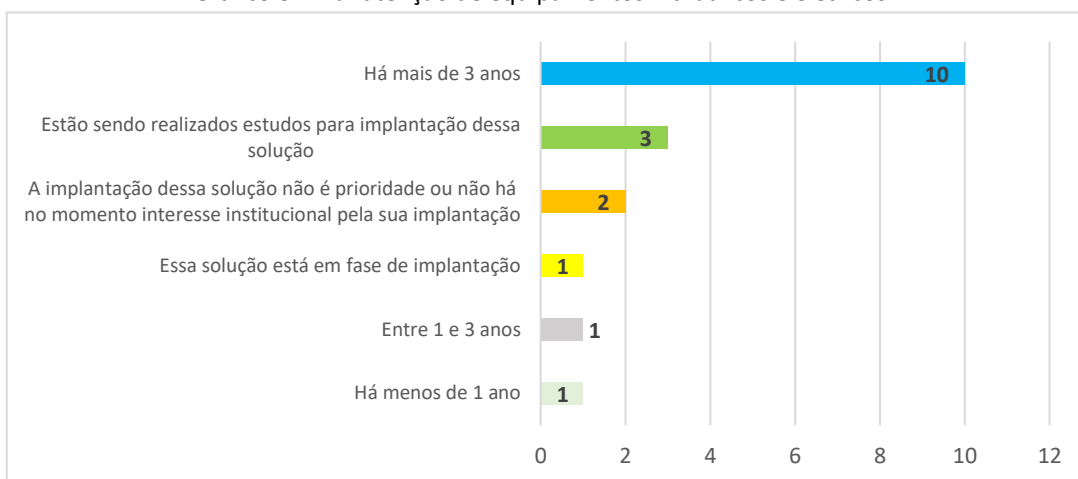
De acordo com os dados apresentados no Gráfico 8, dos 18 Campi pesquisados, 12 (66%) já realizam manutenção nos equipamentos hidráulicos e elétricos, desses, o Campus Avançado Vigia realiza há menos de 1 ano, o Campus Tucuruí realiza entre 1 e 3 anos, e 10 Campi (55%) já realizam há mais de 3 anos, são eles: Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Bragança, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial, Óbidos, Paragominas, Parauapebas e Santarém.

De acordo com a Comissão de Meio Ambiente do Campus Castanhal, a manutenção dos equipamentos hidráulicos e elétricos está em fase de implantação no Campus.

Estão sendo realizados estudos para implantação da manutenção nos Campi: Breves, Cametá e Itaituba.

Para os Campi Altamira e Marabá Rural, a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, representando 11 % das unidades em que os questionários foram aplicados.

Gráfico 8 - Manutenção de equipamentos hidráulicos e elétricos.



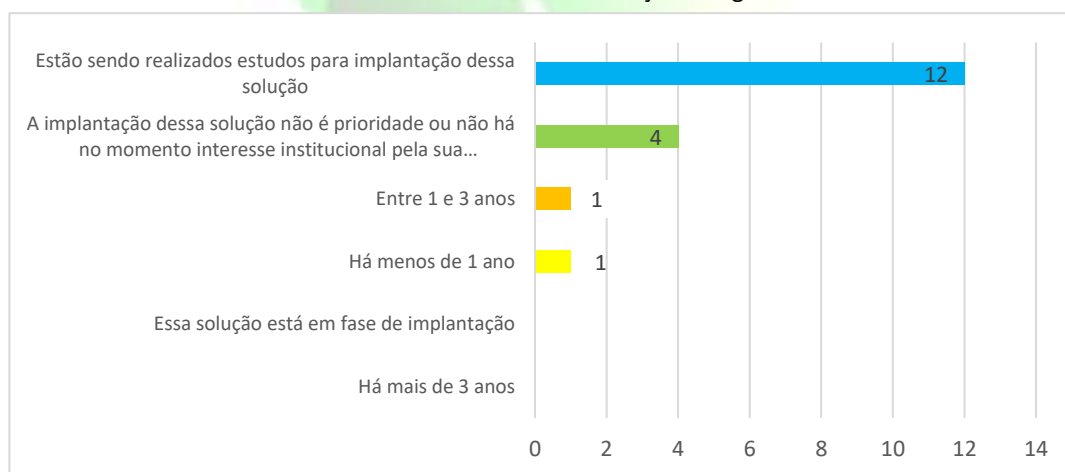
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação a utilização de técnica de reuso de água, observa-se a partir dos dados do Gráfico 9, que dos 18 Campi pesquisados, apenas 2 (11%) já possuem implantados sistemas para reuso de água, o Campus Abaetetuba (5,5%) informou a utilização entre 1 e 3 anos, e o Campus Paragominas (5,5%) utiliza há menos de 1 ano.

Estão sendo realizados estudos para implantação dessas técnicas de reuso em 12 Campi, que equivale a 66%, sendo eles: Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cameté, Castanhal, Itaituba, Marabá Rural, Óbidos, Parauapebas, Santarém e Tucuruí.

Para 4 Campi (22%) a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, sendo estes: Altamira, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial e Avançado Vigia.

Gráfico 9 - Técnica de reutilização da água.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Conforme ilustrado no Gráfico 10, 10 Campi, equivalente a 55%, estimulam as boas práticas para a economia de água e energia. Destes, 3 Campi (16%): Abaetetuba, Marabá Industrial e Paragominas estimulam as boas práticas há menos de 1 ano, e 3 destes, equivalente a 16% (Altamira, Santarém e Avançado Vigia) já estimulam as boas práticas entre

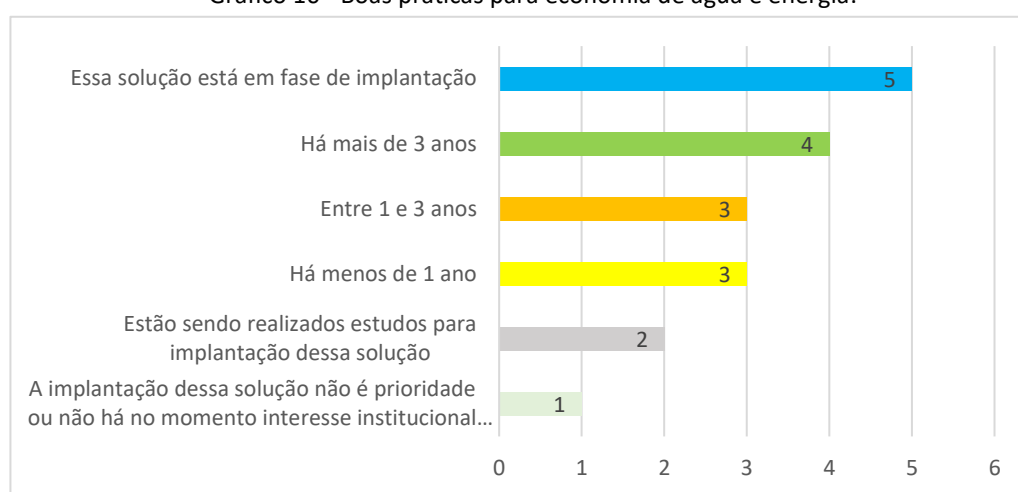
1 e 3 anos, e 4 destes Campi, equivalente a 22% estimulam as boas práticas para a economia de água e energia há mais de 3 anos, sendo estes: Ananindeua, Bragança, Breves e Tucuruí.

O estímulo as boas práticas para economia de água e energia está em fase de implantação em 5 (27%) dos Campi pesquisados (Belém, Cametá, Castanhal, Marabá Rural e Parauapebas).

Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução em 2 (11%) das Unidades (Itaituba e Óbidos).

Conforme os resultados do questionário, a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação no Campus Conceição do Araguaia, representando 5% dos Campi em que o questionário foi aplicado.

Gráfico 10 - Boas práticas para economia de água e energia.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

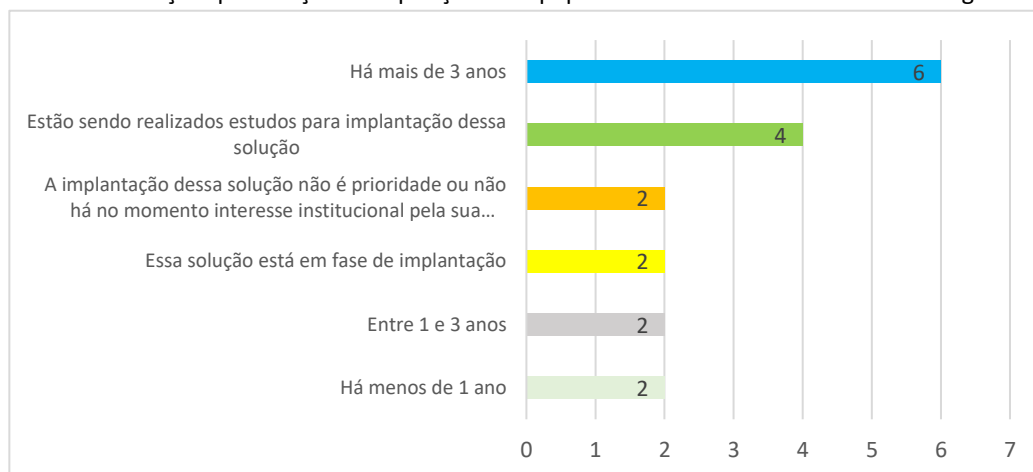
Em relação a priorização dada a aquisição de equipamentos com menor consumo de água e energia elétrica, em troca de modelos ineficientes e ultrapassados, pode-se observar no Gráfico 11, que dos 18 Campi que responderam ao questionário, 10 destes (55%) priorizam equipamentos com menos consumo de água e energia. Os Campi (11%) Abaetetuba e Santarém levam em consideração esse aspecto na seleção dos equipamentos (há menos de 1 ano). Breves e Avançado Vigia (11%) entre 1 e 3 anos, já os Campi (33%): Ananindeua, Belém, Bragança, Castanhal, Paragominas e Tucuruí observam esse critério na aquisição dos equipamentos há mais de 3 anos.

Essa solução está em fase de implantação em 2 dos Campi, Cametá e Parauapebas, que equivale a 11%.

Estão sendo realizados estudos para a realização da aquisição de equipamentos mais sustentáveis em 4 dos Campi, Itaituba, Marabá industrial, Marabá Rural e Óbidos, que equivale a 22%.

Os Campi Altamira e Conceição do Araguaia informaram que essa priorização na aquisição de equipamentos que otimizem o consumo de água e energia não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação representando 11% dos Campi estudados.

Gráfico 11 - Modernização: priorização de aquisição de equipamentos com menor consumo de água e energia.

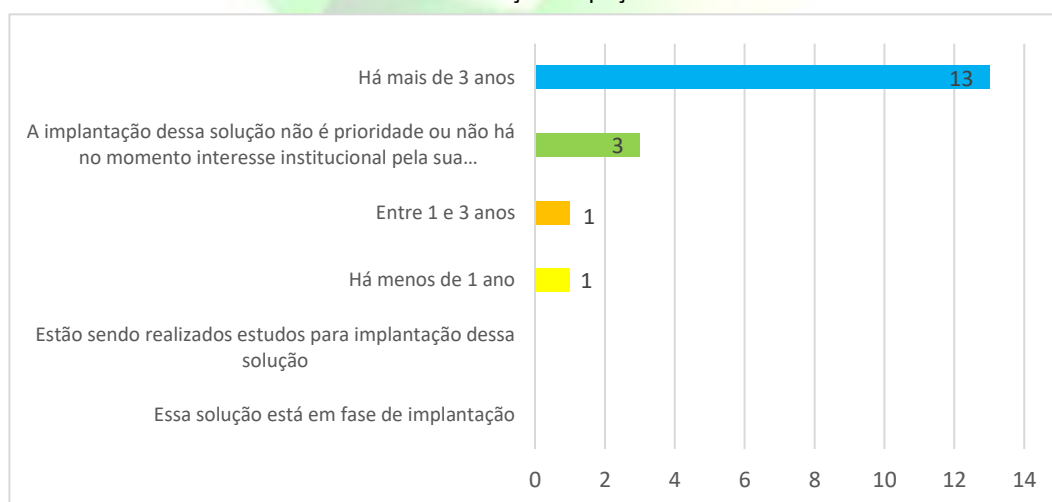


Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

O Gráfico 12 apresenta os resultados da utilização de poço artesiano como fonte de abastecimento de água, nos 18 Campi do IFPA, o qual 15 Campi, que equivale a 83%, informaram ser abastecidos por poços artesanais. O Campus Paragominas (5%) informou que é abastecido por poço há menos de 1 ano, Avançado Vigia entre 1 e 3 anos e 13 (72%) dos Campi: Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Parauapebas e Santarém há mais de 3 anos.

Os Campi Ananindeua, Cametá e Tucuruí, não são abastecidos por poços e a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional representando 16% dos Campi em que os questionários foram aplicados.

Gráfico 12 - Utilização de poço artesiano.



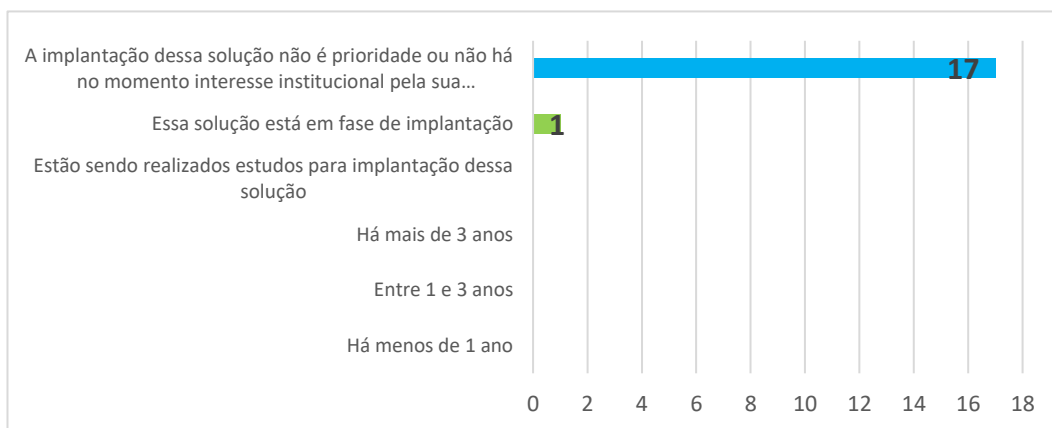
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

No Gráfico 13 pode ser observado, em relação a utilização de sistema de micro ou mini geração eólica, que dos dezoito (18) Campi, apenas o campus Paragominas (5%) está implantando esta solução, já os 17 (94%), relataram que a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, são eles:

Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Parauapebas, Santarém, Tucuruí e Avançado Vigia.

Gráfico 13 - Utilização de sistema de micro ou minigeração eólica.

Fonte:



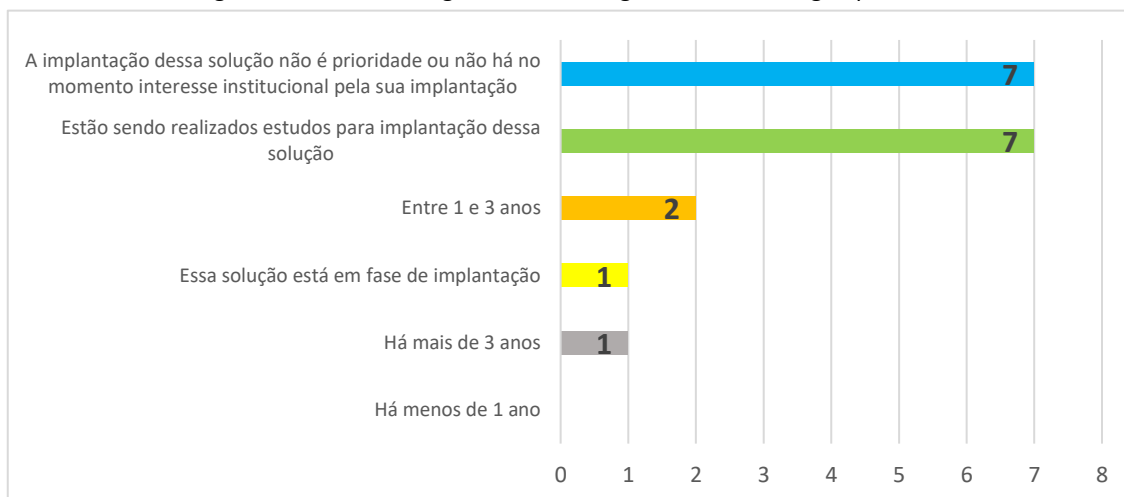
Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação a realização de registro do consumo e gastos com energia elétrica e ou água por centro de custo (Gráfico 14), dos 18 Campi pesquisados, 2 Campi, Bragança e Avançado Vigia, relataram que já fazem este controle entre 1 e 3 anos, equivalente a 11% dos Campi pesquisados. O campus Ananindeua (5%) já faz esse registro há mais de 3 anos. O Campus Paragominas está implantando tal registro.

Estão sendo realizados estudos para implantação do registro do consumo e gastos com energia elétrica e ou água em 7 Campi: Belém e Breves, Castanhal, Itaituba, Óbidos, Santarém e Tucuruí, que equivale a 38% dos Campi.

A implantação desse registro não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação em 7 Campi: Abaetetuba, Altamira, Cametá, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial, Marabá Rural e Parauapebas, perfazendo 38% dos Campi pesquisados.

Gráfico 14 - Registro de Consumo e gastos com energia elétrica e ou água por centro de custo.



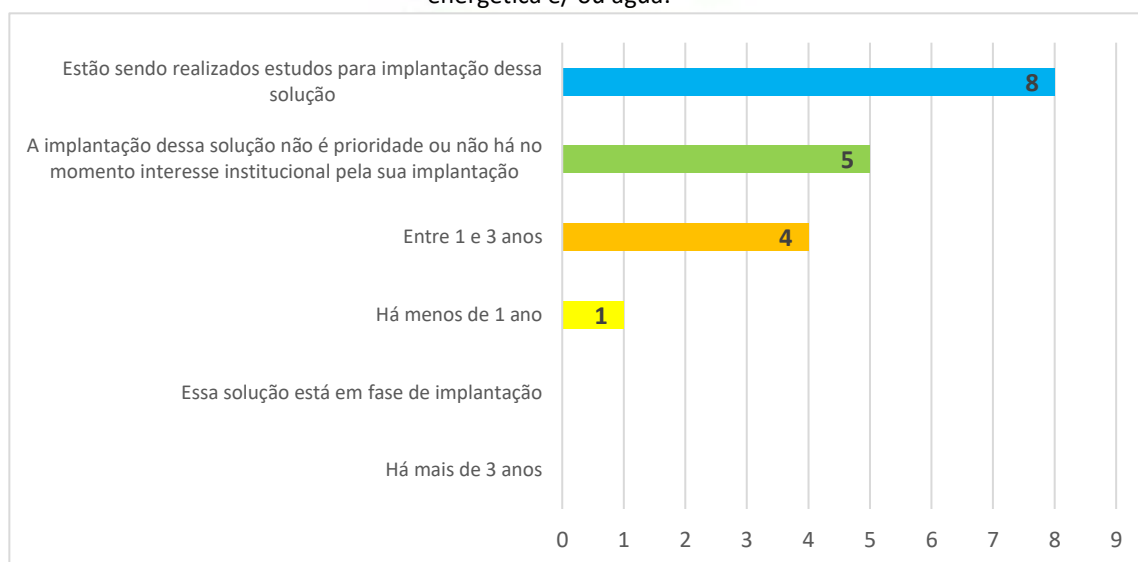
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação a presença de comissão interna ativa exclusiva para coordenar e executar as ações e medidas de eficiência energética e/ou água, conforme mostrado no Gráfico 15, 5 dos 18 Campi, equivalente a 27%, informaram possuir tal comissão. Os Campi Bragança, Paragominas, Parauapebas e Santarém relataram possuí-la entre 1 a 3 anos, e o Campus Ananindeua (5%) há menos de 1 ano.

Os Campi: Abaetetuba, Altamira, Belém, Cametá, Castanhal, Marabá Rural, Óbidos, Tucuruí estão realizando estudos para implantação desta comissão, representando 44% dos Campi pesquisados.

Para 5 Campi, que representa 27%, a implantação de uma comissão interna exclusiva para coordenar e executar as ações e medidas de eficiência energética e/ ou de água não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, sendo estes: Breves, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial e Avançado Vigia.

Gráfico 15 - Comissão interna ativa exclusiva para coordenar e executar ações e medidas de eficiência energética e/ ou água.



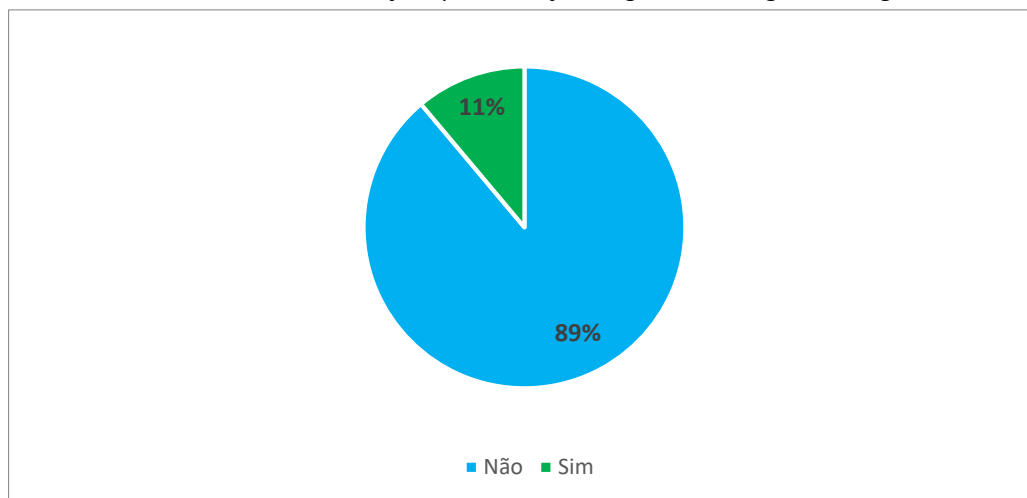
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Conforme apresenta o Gráfico 16, dos 18 Campi do IFPA, 89% destes, que equivale a 16 Campi, informaram não possuir outras soluções para a redução de gastos com água e energia, sendo estes: Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Paragominas, Santarém, Tucuruí e Avançado Vigia.

Os Campi Abaetetuba e Parauapebas informaram que possuem implantadas tais soluções, o que corresponde a 11% dos Campi pesquisados. No Campus Abaetetuba há um projeto de redução de energia no que tange a utilização das centrais de ar em momentos mais quentes ou desligamento parcial. O Campus Parauapebas está utilizando torneiras e descargas mais eficientes para economia de água, e em relação a energia, foram instalados sensores de presença em algumas áreas do campus.

O campus Cametá ainda não foi inaugurado. O campus funciona em um prédio da Prefeitura (polo da UAB) que possui instalações elétricas e hidráulicas defasadas.

Gráfico 16 - Outras soluções para redução de gastos com água e energia.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

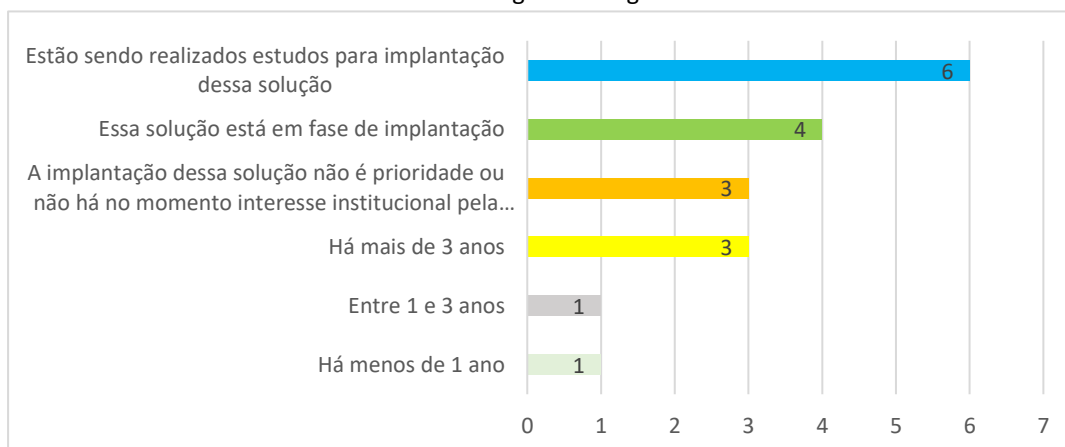
Em relação a pergunta se o Campus já elabora projetos de construção ou de reforma de prédios que utilizem tecnologias que proporcionam a redução de consumo de energia elétrica ou água, conforme preconiza o Decreto nº 7.746/2012, 27% dos Campi, que corresponde a 5, afirmaram já utilizarem essas tecnologias em seus projetos de construção ou reforma, sendo eles: Paragominas, há menos de 1 ano; Tucuruí, entre 1 e 3 anos; e Ananindeua, Belém e Bragança, há mais de 3 anos, como mostra o Gráfico 17.

O desenvolvimento de projetos de obras e reformas que utilizem essas tecnologias não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação para 3 Campi, equivalente a 18%, sendo estes: Altamira, Conceição do Araguaia e Avançado Vigia.

Nas obras e reformas realizadas nos Campi Abaetetuba, Marabá Industrial, Parauapebas e Santarém essas tecnologias já estão em fase de implantação, que representa 22% dos Campi.

Estão sendo realizados estudos para a implantação de tecnologias que promovam a redução do consumo de energia elétrica e água em 6 Campi, sendo: Breves Cameté, Castanhal, Itaituba, Marabá Rural e Óbidos, que representa 33% dos pesquisados.

Gráfico 17 - Projetos de Construção e reformas de prédios que utilizem tecnologia para a redução do consumo de água e energia.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

3.2 GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

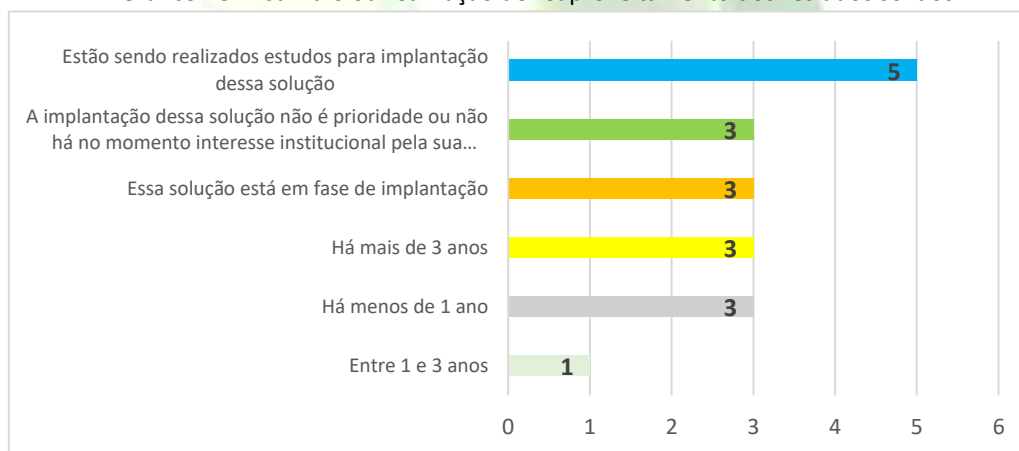
A crescente geração de resíduos sólidos e a mudança na sua composição ao longo do tempo, tem sido uma das grandes preocupações da sociedade moderna, muitas são as estratégias para tentar evitar que esses materiais sejam depositados no meio ambiente ou para aumentar sua vida útil, nesse caso pode-se citar a utilização desses materiais como insumos na produção de novos produtos (reciclagem), no reaproveitamento para outras finalidades ou mesmo transformá-los em composto orgânico para a fertilização de solos (compostagem), dependendo de sua composição e características.

Quanto ao reaproveitamento de resíduos sólidos (Gráfico 18), dos 18 Campi pesquisados, 7 destes (38%) já realizam o reaproveitamento, destes os Campi: Óbidos e Paragominas realizam há menos de 1 ano, o Campus Altamira realizou entre 1 e 3 anos, e os campi: Ananindeua, Bragança e Tucuruí há mais de 3 anos. Essa solução está em fase de implantação nos campi Belém, Breves e Parauapebas.

Em 5 Campi, equivalente a 27%, estão sendo realizados estudos para implantação, sendo estes: Abaetetuba, Castanhal, Itaituba, Marabá Rural e Santarém.

O reaproveitamento de resíduos sólidos não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação em 3 Campi, sendo estes: Cametá, Conceição do Araguaia e Marabá Industrial, que representa 16% dos pesquisados.

Gráfico 18 - Estímulo ou realização de reaproveitamento dos resíduos sólidos.



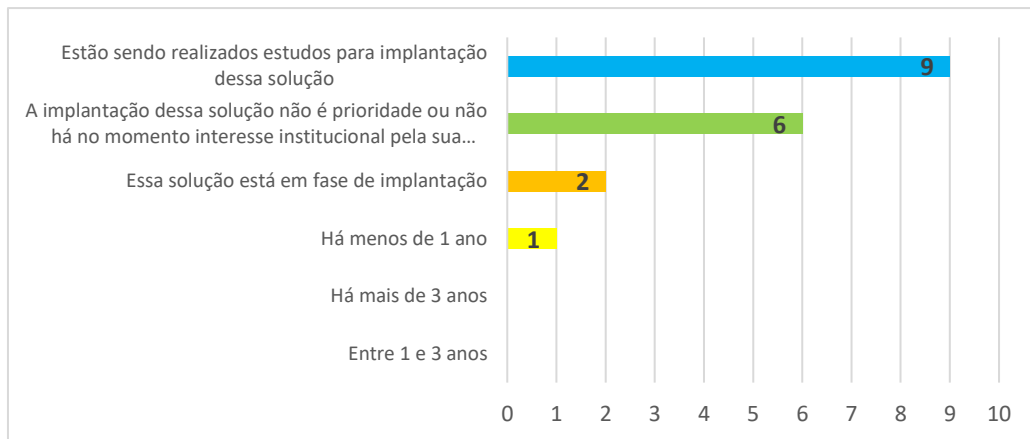
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

O Decreto nº 5940/2006 estabelece que os órgãos da Administração Pública devem possuir comissão para a coleta seletiva solidária. No entanto a partir das análises realizadas por meio do Gráfico 19, observa-se que dos 18 Campi entrevistados, apenas o Campus Ananindeua, que representa 5%, possui esta comissão instituída há menos de 1 ano.

Em 9 Campi estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução, que equivale a 50%, sendo estes: Abaetetuba, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá Rural, Óbidos e Parauapebas.

Em 6 Campi (33%), a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, sendo: Altamira, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Tucuruí, Vigia.

Gráfico 19 - Realização de Coleta Seletiva Solidária nos Campi.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Com a emissão do Decreto nº 5.940/2006 os órgãos da Administração Pública ficaram obrigados a implantar a coleta seletiva, bem como destinar os resíduos previamente separados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Desse modo, a efetivação da doação desses resíduos deve ser formalizada entre a Comissão de Coleta Seletiva Solidária Institucional e as Cooperativas de catadores de materiais recicláveis habilitadas, conforme o art.3 do referido Decreto. No Gráfico 20 pode-se observar que apenas os Campi Ananindeua e Avançado Vigia possuem esse acordo formalizado há menos de 1 ano, representando 11% dos campi estudados.

Observa-se ainda no Gráfico 20, que para 3 Campi, equivalente a 16%, a formalização desse convênio já está em fase de implantação, sendo estes: Cametá, Paragominas e Santarém. Em 12 Campi (66%) estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução, são este: Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Castanhal, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Parauapebas e Tucuruí. E para o Campus Conceição do Araguaia, que equivale a 5%, a formalização desse convênio ainda não é prioridade, ou não há no momento interesse institucional pela sua formalização.

Gráfico 20 - Convenio com associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

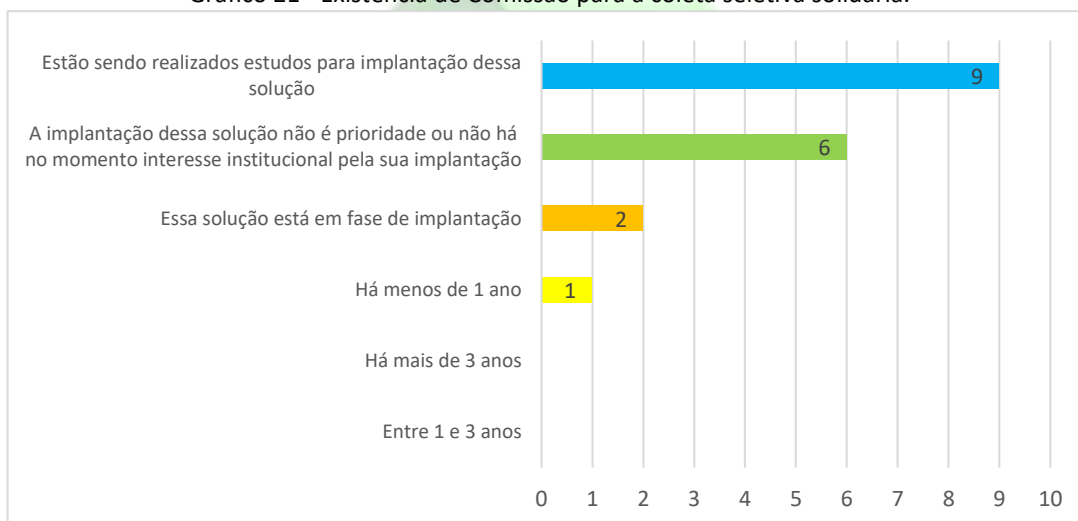


Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

O Decreto nº 5.940/2006 também aponta a necessidade de ser instituída a Comissão da Coleta Seletiva Solidária, criada no âmbito de cada órgão e entidade da Administração Pública Federal direta e indireta, com o objetivo de implantar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. De acordo com o Gráfico 21, em relação a existência nas unidades da Comissão para a coleta seletiva solidária, apenas o Campus Ananindeua já constituiu tal Comissão, representando 5% das Unidades.

Ainda no Gráfico 21, pode-se observar que em 2 Campi, equivalente a 11%, já estão instituindo a Comissão para coleta Seletiva Solidária (Paragominas e Santarém), e em 9 Campi, que representa 50%, ainda estão estudando a sua criação, sendo estes: Abaetetuba, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá Rural, Óbidos e Parauapebas. A criação desta comissão não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação para 6 Campi pesquisados, sendo eles: Altamira, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Tucuruí e Avançado Vigia, que representa 33% dos Campi pesquisados.

Gráfico 21 - Existência de Comissão para a coleta seletiva solidária.

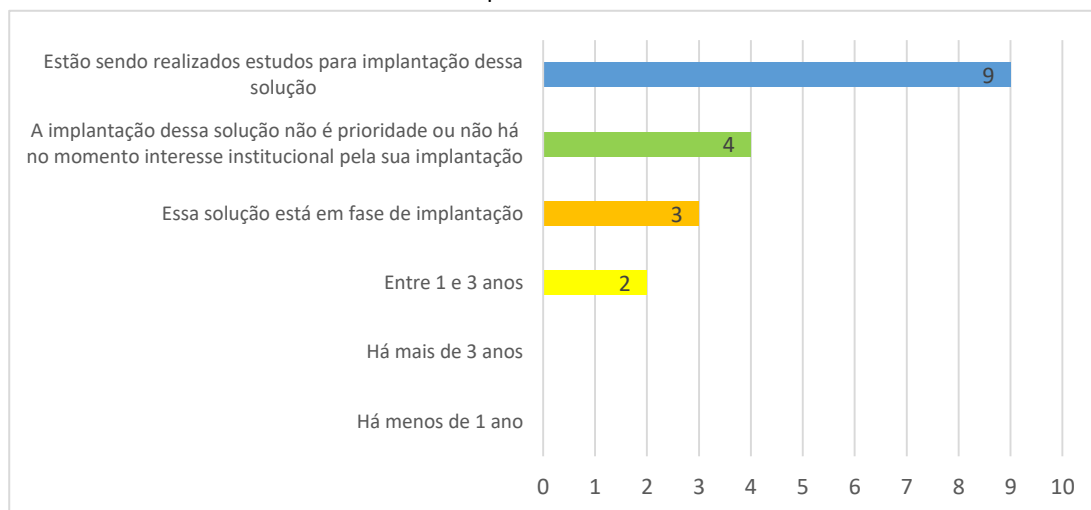


Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

O Item I do art. 16 do Decreto nº 7746/2012, apresenta a obrigatoriedade da elaboração dos Planos de Logística Sustentável (PLS) e que estes deverão conter a atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição. Em relação a existência deste inventário, das 18 unidades pesquisadas, apenas 2 (11%) já possuem esse documento com essas observações, entre 1 e 3 anos, sendo elas: Belém e Tucuruí, conforme ilustrado no Gráfico 22.

Ainda de acordo com o Gráfico 22, a elaboração deste inventário não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação em 4 Campi, sendo estes: Altamira, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial e Avançado Vigia, que equivale a 22% dos pesquisados. Nos Campi Castanhal, Marabá Rural e Paragominas, 16%, esse inventário está em fase de elaboração, e em 9 Campi estão sendo realizados estudos para a elaboração deste documento, sendo estes: Abaetetuba, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Itaituba, Óbidos, Parauapebas e Santarém, equivalente a 50%.

Gráfico 22 - Existência de inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental.

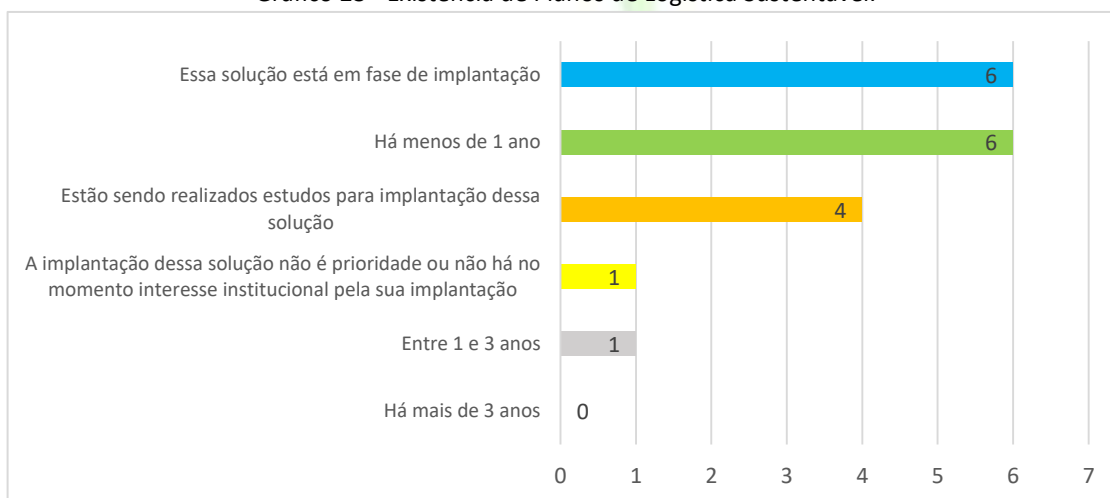


Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação a existência de Plano de Logística Sustentável (PLS), em atendimento ao Decreto nº 7.746/2012 e IN nº 10/2012, dos 18 Campi pesquisados, 7 destes, que representa 38%, informaram já possuir este documento, sendo eles: Ananindeua, Breves, Itaituba, Marabá Rural, Santarém, Avançado Vigia (há menos de 1 ano) e Altamira (entre 1 e 3 anos). (Gráfico 23).

Ainda conforme ilustra o Gráfico 23, em 6 Campi o PLS está em fase de implantação, são eles: Abaetetuba, Belém, Bragança, Cametá, Paragominas e Tucuruí, o que equivale a 33% dos Campi pesquisados. Estão sendo realizados estudos para elaboração do PLS em 4 Unidades, sendo estas: Castanhal, Conceição do Araguaia, Óbidos e Parauapebas, representando 22% das Unidades em estudo. E para Campus Marabá Industrial a elaboração deste documento não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, o que equivale a 5% dos Campi pesquisados.

Gráfico 23 - Existência de Planos de Logística Sustentável.

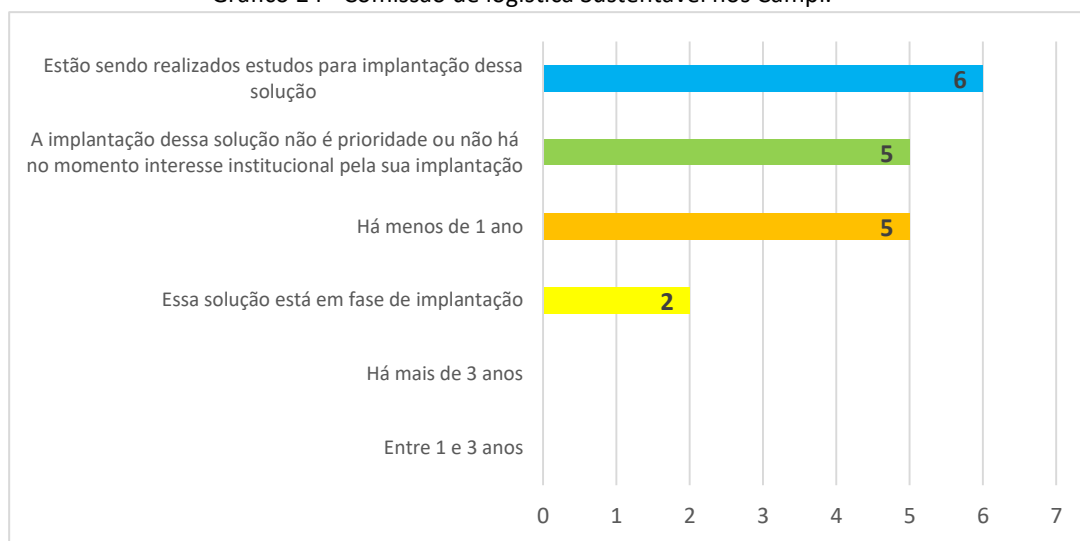


Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação a existência de Comissão de Logística Sustentável nos Campi, o Gráfico 24, mostra que 5 Campi (27%) informaram possuir tal comissão há menos de 1 ano, são estes: Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Marabá Rural e Santarém.

Ainda de acordo com o Gráfico 24, para 5 Campi (o que equivale a 27%) a criação desta Comissão não é uma prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, representado pelos Campi: Altamira, Breves, Itaituba, Marabá Industrial e Avançado Vigia. Para 2 Campi essa Comissão está em fase de implantação, são eles: Cameté e Paragominas, representando 11%. Em 6 Campi estão sendo realizados estudos para a implantação dessa comissão, são eles: Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Óbidos, Parauapebas e Tucuruí, totalizando 33% dos Campi pesquisados.

Gráfico 24 - Comissão de logística Sustentável nos Campi.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

3.3 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um projeto desenvolvido no Ministério do meio Ambiente desde 1999, e tem por objetivo estimular a adoção de critérios socioambientais na gestão dos órgãos públicos, visando minimizar e ou eliminar os impactos de suas práticas administrativas e operacionais no meio ambiente, por meio da adoção de ações que promovam o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, além do manejo adequado dos resíduos. São importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo, quando comparadas às que se valem do critério de menor preço (A3P, 1999).

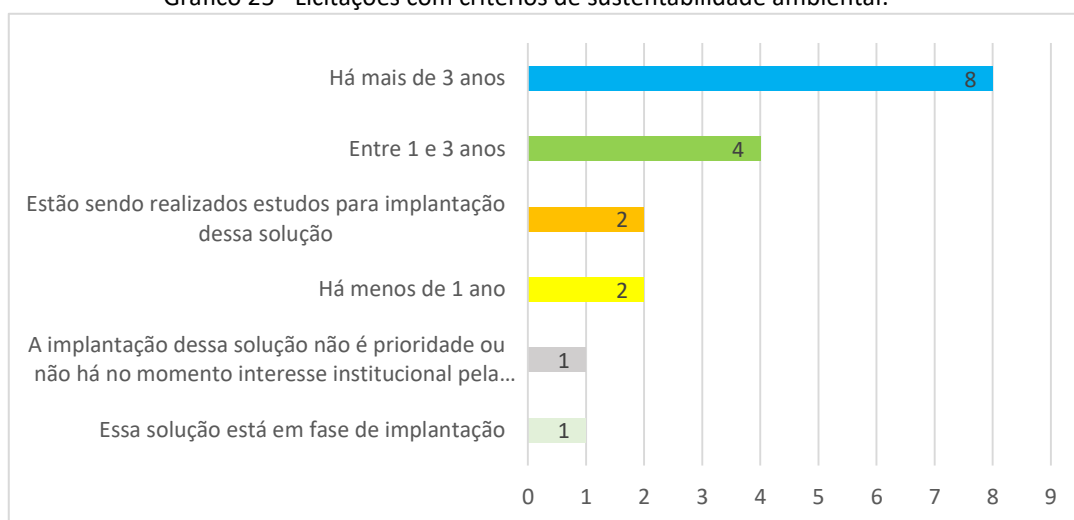
As denominadas licitações sustentáveis são aquelas que levam em consideração a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos produtos e processos a ela relativos.

O Decreto nº 7.746/2012, estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, o que representou um grande avanço, visto que até o ano de 2012, não havia obrigatoriedade de levar em consideração os critérios de sustentabilidade nas licitações.

De acordo com o Gráfico 25, com relação a utilização de critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações realizadas, 14 Campi já levam em consideração esses critérios, são eles: Breves e Itaituba (há menos de 1 ano), Marabá Industrial, Marabá Rural, Parauapebas e Avançado Vigia (entre 1 e 3 anos), Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Bragança, Castanhal, Óbidos, Santarém e Tucuruí (há mais de 3 anos), representando 77% dos Campi pesquisados. Em 2 Campi (11%) estão sendo realizados estudos para considerar esses critérios, são eles: Cametá e Conceição do Araguaia. As licitações sustentáveis já estão em fase de implantação no Campus Paragominas, equivalente a 5% dos Campi estudados.

Para o Campus Altamira as licitações sustentáveis ainda não são prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, representando 5% do universo da pesquisa, como mostrado no Gráfico 25.

Gráfico 25 - Licitações com critérios de sustentabilidade ambiental.



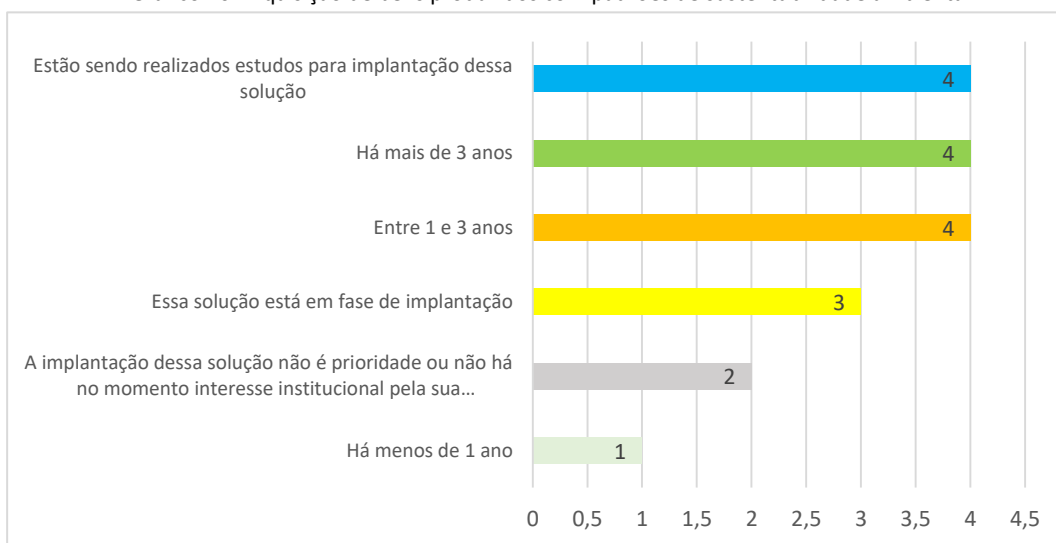
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação a pergunta “O campus já adquire bens produzidos com padrões de sustentabilidade ambiental”, no Gráfico 26, observa-se que 9 Unidades (50%) já priorizam esses critérios durante as aquisições, representado pelos Campi Breves há menos de 1 ano, Marabá Industrial, Marabá Rural, Santarém e Avançado Vigia entre 1 e 3 anos, Ananindeua, Belém, Castanhal e Tucuruí há mais de 3 anos.

Ainda de acordo com o Gráfico 26, em 3 Unidades (16%) essa solução está em fase de implantação, são estas: Abaetetuba, Cametá e Paragominas. Os Campi: Bragança, Itaituba, Óbidos e Parauapebas estão realizando estudos para aquisição de bens produzidos com padrões de sustentabilidade ambiental de forma a atender o Decreto nº 7746/2012, representando 22% dos Campi pesquisados.

A utilização dessas técnicas não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação nos Campi: Altamira e Conceição do Araguaia, o que corresponde a 11% das Unidades pesquisadas, como mostrado no Gráfico 26.

Gráfico 26 - Aquisição de bens produzidos com padrões de sustentabilidade ambiental.

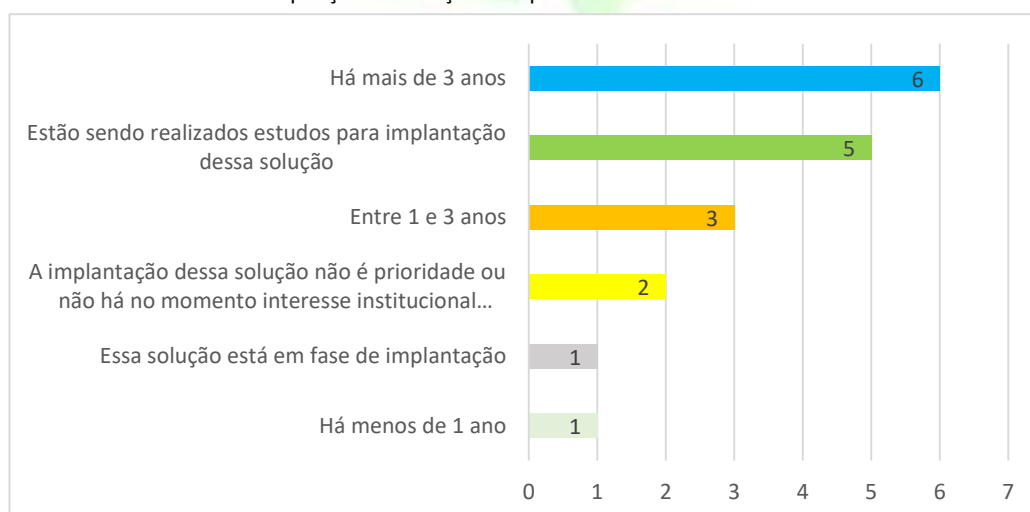


Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação a aquisição de serviços (obras e empresas terceirizadas) produzidos com critérios de sustentabilidade, o Gráfico 27 ilustra que 10 Unidades (55 %) observam os critérios de sustentabilidade durante a aquisição, são elas: Marabá Industrial (há menos de 1 ano), Marabá Rural, Santarém e Avançado Vigia (entre 1 e 3 anos), Ananindeua, Belém, Castanhal, Itaituba, Paragominas e Tucuruí (há mais de 3 anos).

Ainda de acordo com o Gráfico 27, o Campus Abaetetuba já está implantando esta solução o que equivale a 5%. Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução nos Campi: Bragança, Breves, Cametá, Óbidos e Parauapebas, o que correspondendo a 27% dos Campi. Para 2 Unidades: Altamira e Conceição do Araguaia a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, perfazendo 11% das Unidades pesquisadas.

Gráfico 27 - Aquisição de serviços com padrões de sustentabilidade ambiental.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

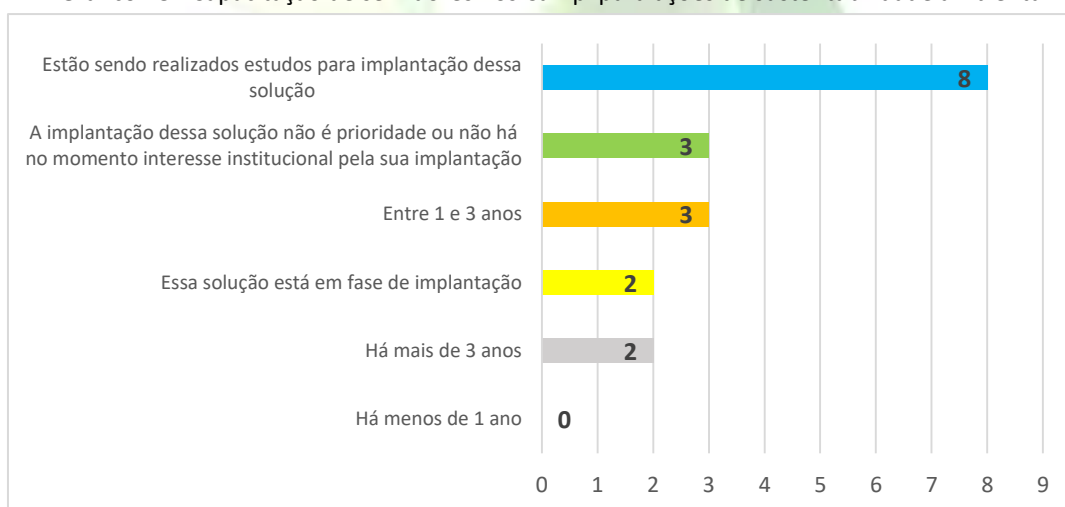
3.4 SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

O Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 estabelece no seu art. 16 que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo entre outras ações as relacionadas a divulgação, conscientização e capacitação.

Nesse interim a partir das informações apresentadas no Gráfico 28, pode-se observar que 5 Campi (27%) já realizam ações de capacitação nesta área, destes, 3 Campi: Altamira, Santarém e Tucuruí, realizam entre 1 e 3 anos, equivalente a 16% e 2 Campi: Ananindeua e Bragança já realizam há mais de 3 anos, o que corresponde a 11%. Nos Campi Belém e Paragominas está em fase de implantação das ações de capacitação, representando 11% dos Campi pesquisados. Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução em 8 Unidades (44%), são elas: Abaetetuba, Breves, Cametá, Castanhal, Itaituba, Marabá Rural, Óbidos e Parauapebas.

Em 3 Campi: Conceição do Araguaia, Marabá Industrial e Avançado Vigia a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, o que corresponde a 16% dos campi pesquisados, de acordo com o Gráfico 28.

Gráfico 28 - Capacitação de servidores nos Campi para ações de sustentabilidade ambiental.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

3.5 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Não foram previstas no questionário perguntas relativas a esse eixo temático da A3P.

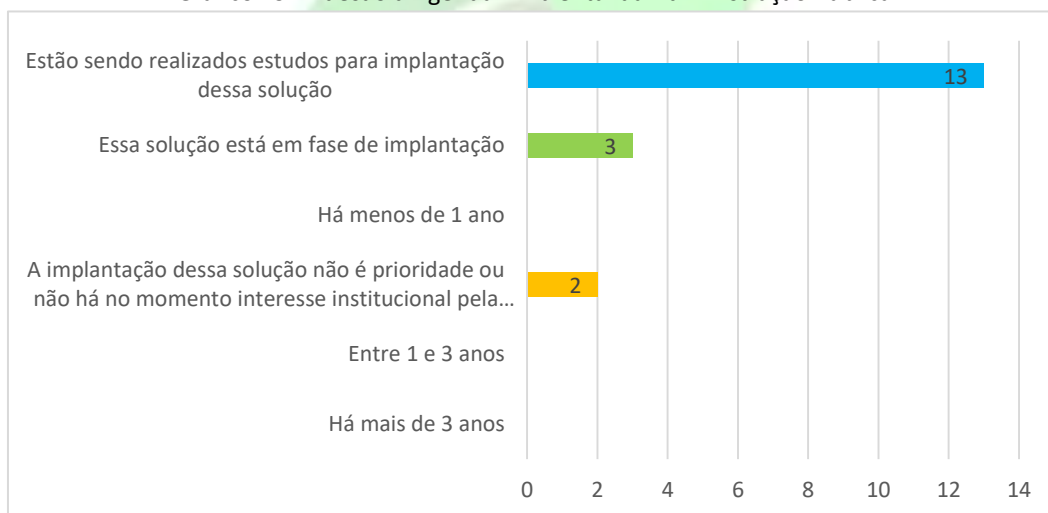
3.6 OUTRAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Ainda em relação a A3P, seu principal desafio é promover a responsabilidade socioambiental como política governamental. Buscar a sustentabilidade nas atividades realizadas pela administração pública fazem parte do modelo de excelência de Gestão a ser seguido pela administração pública, como atendimento as dimensões do desenvolvimento sustentável (A3P, 1999).

Em relação a A3P, o Gráfico 29 mostra que em 3 Campi (16%) a Agenda Ambiental está em fase de implantação, sendo eles: Altamira, Bragança e Santarém. Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução em 13 Unidades, equivalente a 72% dos Campi pesquisados: Abaetetuba, Belém, Breves, Castanhal, Itaituba, Marabá Rural, Óbidos, Parauapebas, Tucuruí, Ananindeua, Cametá, Avançado Vigia e Paragominas.

Para 2 Unidades: Conceição do Araguaia e Marabá Industrial a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, o que equivale a 11% das Unidades pesquisadas, como pode ser observado no Gráfico 29

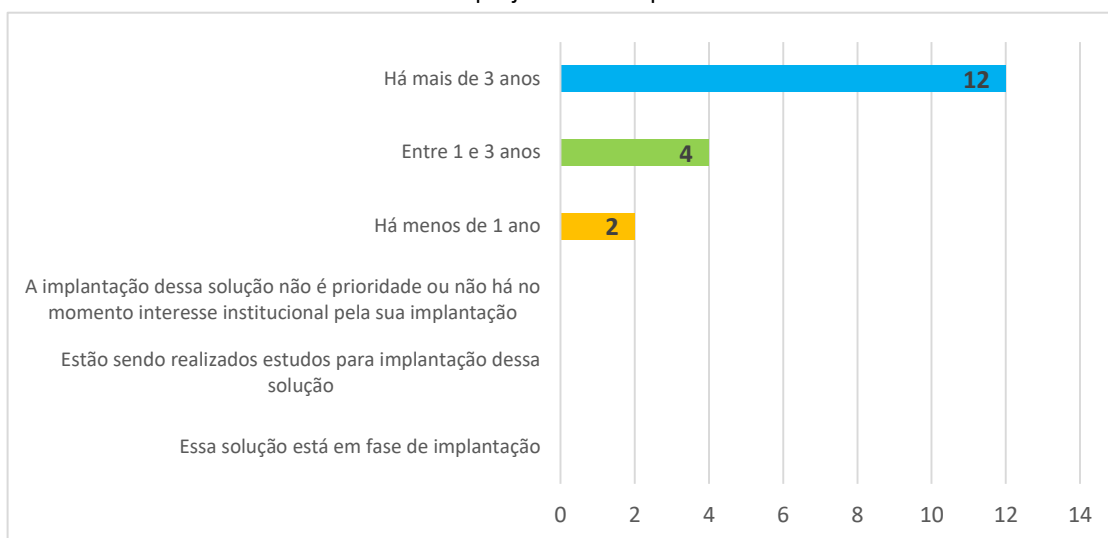
Gráfico 29 - Adesão a Agenda Ambiental da Administração Pública.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação ao desenvolvimento de projetos de pesquisa que contemplem o tema relacionado ao meio ambiente, percebe-se a partir da análise do Gráfico 30, que nos 18 Campi, que equivale a 100% dos pesquisados, já contemplem a temática do meio ambiente em seus projetos, são eles: Altamira, Óbidos, Parauapebas e Avançado Vigia (entre 1 e 3 anos), Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Paragominas, Santarém e Tucuruí (há mais de 3 anos), Cametá e Marabá Rural (há menos de 1 ano).

Gráfico 30 - Desenvolvimento de projetos de Pesquisa com o tema Meio Ambiente.

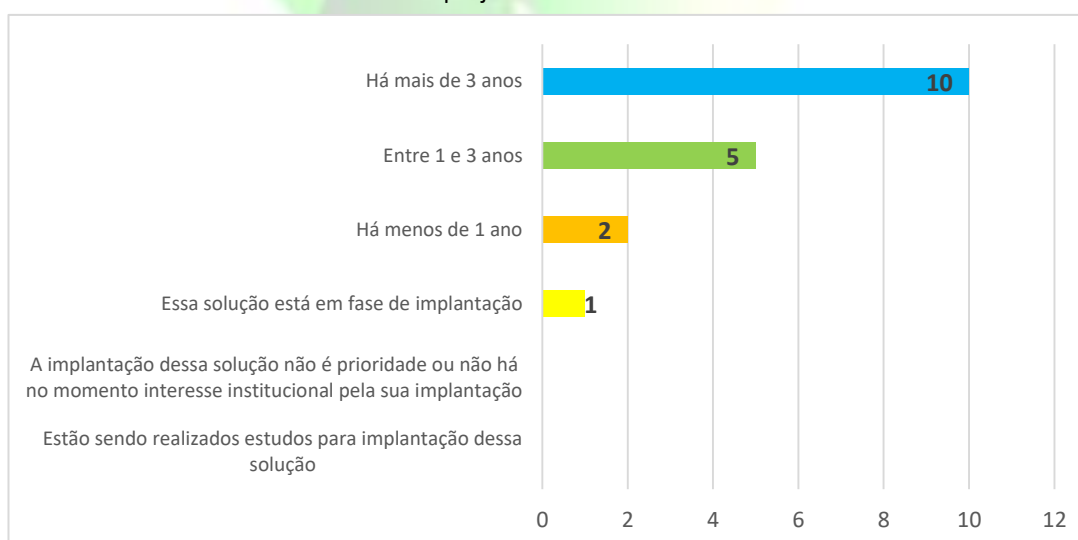


Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Analisando o Gráfico 31, pode-se observar que 17 Campi (95%) afirmaram que desenvolvem projetos de extensão com a temática ambiental, são eles: Cameté e Marabá Rural (há menos de 1 ano); Altamira, Marabá Industrial, Óbidos, Parauapebas e Avançado Vigia (entre 1 e 3 anos); Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Paragominas, Santarém e Tucuruí (há mais de 3 anos:).

O Campus Abaetetuba informou que ainda está em fase de implantação de projetos com essa temática, representando 5% dos Campi pesquisados, como observado no Gráfico 31.

Gráfico 31 - Desenvolvimento de projetos de Extensão com o tema Meio Ambiente.



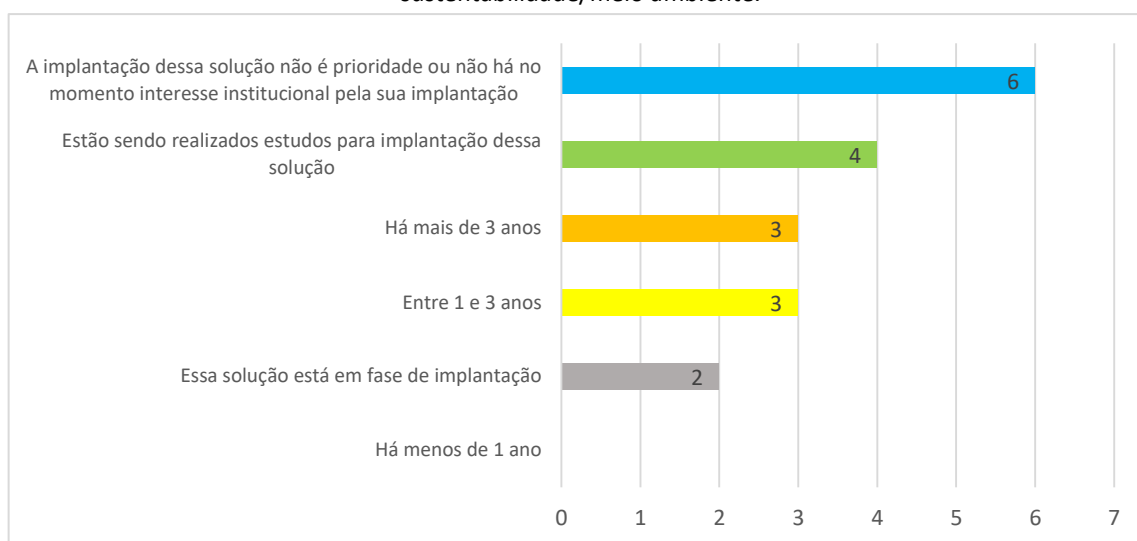
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

De acordo com o Gráfico 32, os Campi que já concedem incentivos monetários aos alunos totalizam 33%, são eles: Ananindeua, Parauapebas, Avançado Vigia (entre 1 e 3

anos) e Belém, Bragança e Santarém (há mais de 3 anos). Essa solução está em fase de implantação em 2 Campi: Cametá e Paragominas, o que equivale a 11%. Em 4 Campi (22%) estão realizando estudos para disponibilização desses incentivos, são estes: Abaetetuba, Breves, Castanhal e Marabá Rural.

Ainda conforme o Gráfico 32, pode-se observar que a disponibilização desses incentivos não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação em 6 Campi: Altamira, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Óbidos e Tucuruí, representando 33% das unidades pesquisadas.

Gráfico 32 - Incentivos monetários (bolsas) pelos Campi aos alunos que se dedicam as atividades de sustentabilidade/meio ambiente.



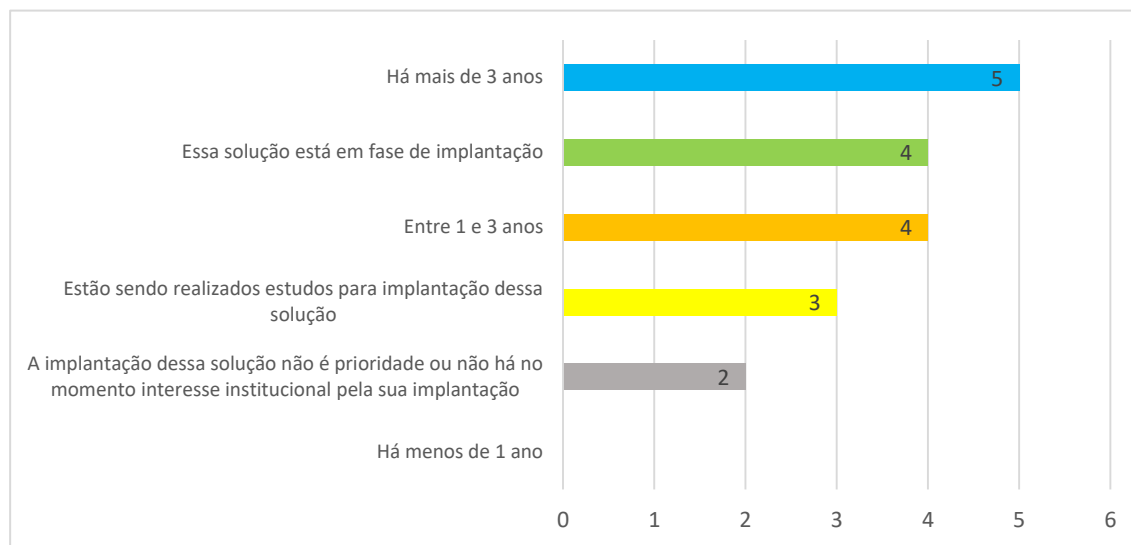
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IPFA (2020).

Com relação a concessão de incentivos acadêmicos aos alunos que realizam atividades de sustentabilidade e meio ambiente, o Gráfico 33 ilustra que 9 Campi (50%) já concedem esses incentivos, são eles: Altamira, Marabá Industrial, Parauapebas, Vigia (entre 1 e 3 anos), Ananindeua, Belém, Bragança, Itaituba e Tucuruí (há mais de 3 anos).

Ainda de acordo com o Gráfico 33, para 2 Campi (11%) a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, são eles: Conceição do Araguaia e Óbidos. Essa solução está em fase de implantação em 4 Campi (equivalente a 22%): Cametá, Castanhal, Paragominas e Santarém.

Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução em 3 Campi: Abaetetuba, Breves e Marabá Rural, totalizando 16% dos Campi pesquisados, como observado no Gráfico 33.

Gráfico 33 -Incentivos acadêmicos pelos Campi aos alunos que se dedicam as atividades de sustentabilidade/meio ambiente.



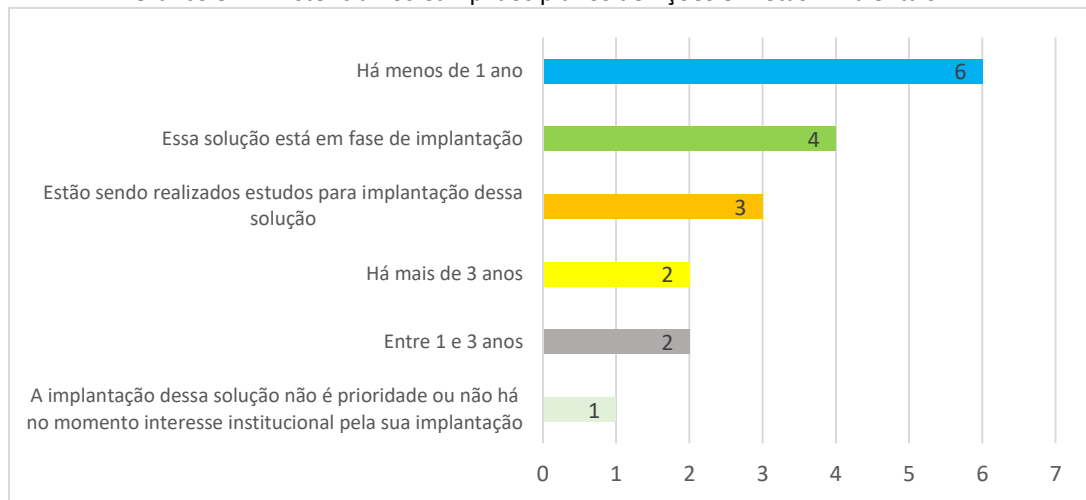
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

O Plano Institucional de Ações Ambientais é um documento que norteia todas as ações na área ambiental nas Unidades do IFPA, seus objetivos são: promover a ampla divulgação da Política de Meio do IFPA; desenvolver ações sistêmicas, articulando a comunidade interna para a execução da Política Institucional de Meio Ambiente; cumprir a legislação ambiental aplicável com a finalidade de proteger o meio ambiente e promover o bem estar da comunidade interna; promover o diagnóstico ambiental das atividades pedagógicas e de gestão do IFPA; estimular a elaboração do PLS dos Campi; estimular a elaboração do relatório anual de ações e metas ambientais do IFPA e o relatório anual de sustentabilidade ambiental do IFPA; divulgar os resultados alcançados a partir da implantação da Política Institucional de Meio Ambiente (PIAA, 2019-2023).

Em relação a elaboração do Plano Anual de Ações Ambientais (PAA) a ser elaborado pelas Unidades, previsto na Política Institucional de Meio Ambiente, o Gráfico 34 mostra que 10 Campi (55%) já elaboraram seus respectivos planos de ação, são eles: Ananindeua, Breves, Cametá, Itaituba, Marabá Rural e Santarém (há menos de 1 ano), Altamira e Avançado Vigia (entre 1 e 3 anos), Paragominas e Tucuruí (há mais de 3 anos).

Ainda de acordo com o Gráfico 34, 4 Campi estão elaborando o PAA, são estes: Abaetetuba, Belém, Bragança e Parauapebas (o que equivale a 22%) e 3 informaram que estão realizando estudos para elaboração deste documento, são estes: Castanhal, Conceição do Araguaia e Óbidos, o que corresponde a 16%. O Campus Marabá Industrial informou que a elaboração do PAA não é uma prioridade ou não interesse institucional pela sua elaboração, representando 5% dos Campi pesquisados.

Gráfico 34 - Existência nos Campi dos planos de Ações e Metas Ambientais.

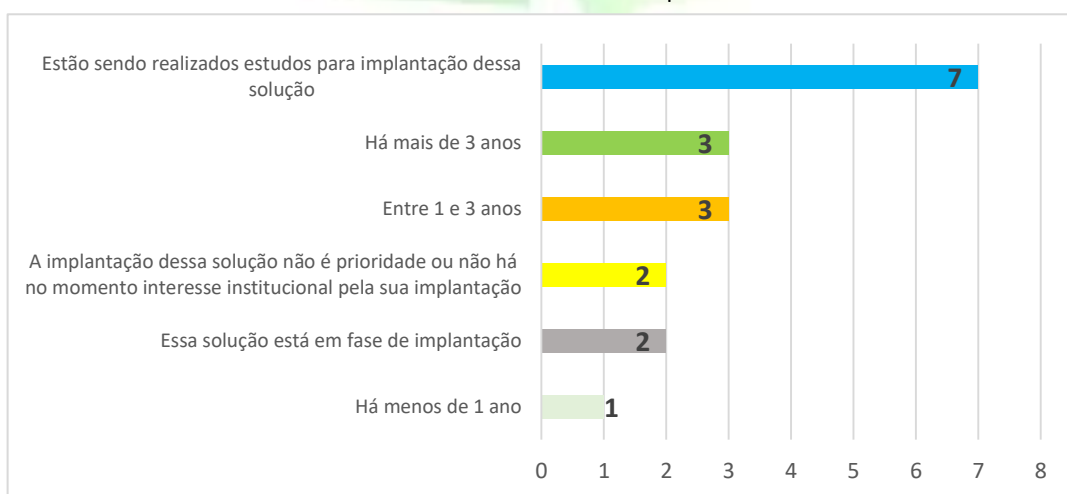


Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IPFA (2020).

O Gráfico 35 apresenta as respostas fornecidas pelas Unidades no quesito oferta de programas socioambientais para participação da comunidade acadêmica fora de seu Campus. Dos 18 Campi pesquisados, 7 (38%) destes ofertam programas socioambientais, são eles: Santarém (há menos de 1 ano), Ananindeua, Paragominas e Avançado Vigia (entre 1 e 3 anos), Belém, Bragança e Itaituba (há mais de 3 anos). Em 2 Unidades (equivalente a 11%) estão implantando esta solução, são elas: Cameté e Parauapebas.

Ainda de acordo com o Gráfico 35 se observa que estão sendo realizados estudos para a implantação dessa solução em 7 Campi: Abaetetuba, Breves, Castanhal, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos e Tucuruí, totalizando 38% dos Campi pesquisados. Para os Campi Altamira e Conceição do Araguaia a implantação dessa solução não é prioridade representando 11% dos Campi pesquisados.

Gráfico 35- Existência de oferta para a participação da comunidade acadêmica em programas socioambientais realizados fora de seu Campus.

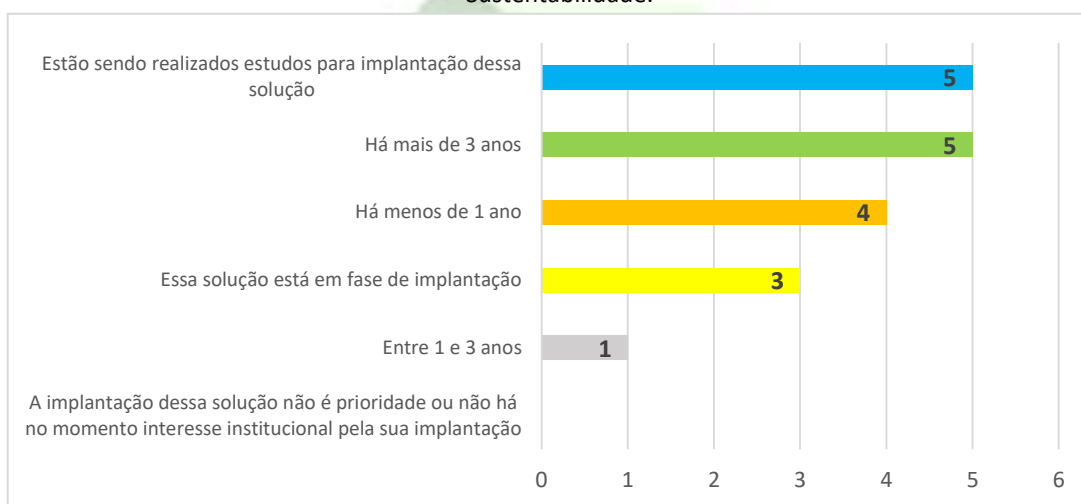


Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IPFA (2020).

Em relação ao questionamento acerca do envolvimento dos docentes, técnicos administrativos, alunos e gestores nas atividades e na execução de Política Ambiental ou de Sustentabilidade, o Gráfico 36 mostra que 10 Unidades (55%) já apresentam a comunidade acadêmica envolvida no sentido de colocar em prática as diretrizes e princípios da Política Institucional de Meio Ambiente, são elas: Abaetetuba, Cametá, Itaituba, Santarém (há menos de 1 ano), Avançado Vigia (entre 1 e 3 anos), Ananindeua, Belém, Bragança, Paragominas e Tucuruí (há mais de 3 anos).

Essa solução está em fase de implantação em 3 Campi (equivalente a 16%): Altamira, Breves e Parauapebas. Estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução em 5 dos Campi: Castanhal, Conceição do Araguaia, Marabá Industrial, Marabá Rural e Óbidos, representando 27% dos Campi estudados, conforme pode ser observado no Gráfico 36.

Gráfico 36 - Envolvimento da comunidade acadêmica na execução da Política Ambiental ou de Sustentabilidade.



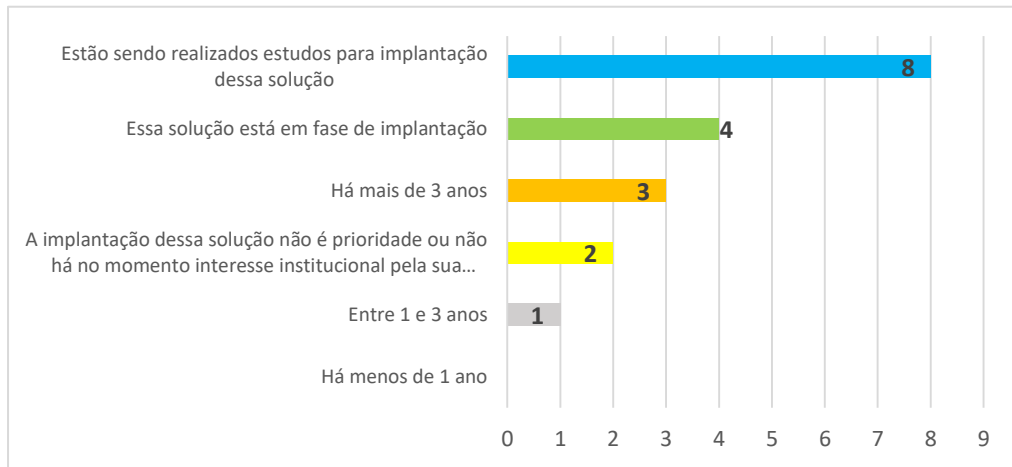
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação a existência, nos Campi, de canal para apresentar ou responder sugestões, queixas, reclamações etc, sobre meio ambiente e/ou sustentabilidade, o Gráfico 37, mostra que 4 Campi (22%) informaram possuir esse canal de comunicação, os quais o Campus Tucuruí já possui entre 1 e 3 anos e os Campi: Belém, Bragança e Santarém responderam possuir há mais de 3 anos. Para 4 Campi (22%) está sendo implantado este canal de comunicação, são eles: Abaetetuba, Paragominas, Parauapebas e Avançado Vigia.

Em 8 Campi: Altamira, Ananindeua, Breves, Cametá, Castanhal, Itaituba, Marabá Rural e Óbidos estão sendo realizados estudos para implantação dessa solução, perfazendo 44% dos Campi pesquisados, como mostra o Gráfico 37.

Conforme os resultados do questionário, para 2 Campi: Conceição do Araguaia e Marabá Industrial, a implantação dessa solução não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, o que corresponde a 11% dos Campi pesquisados (Gráfico 37).

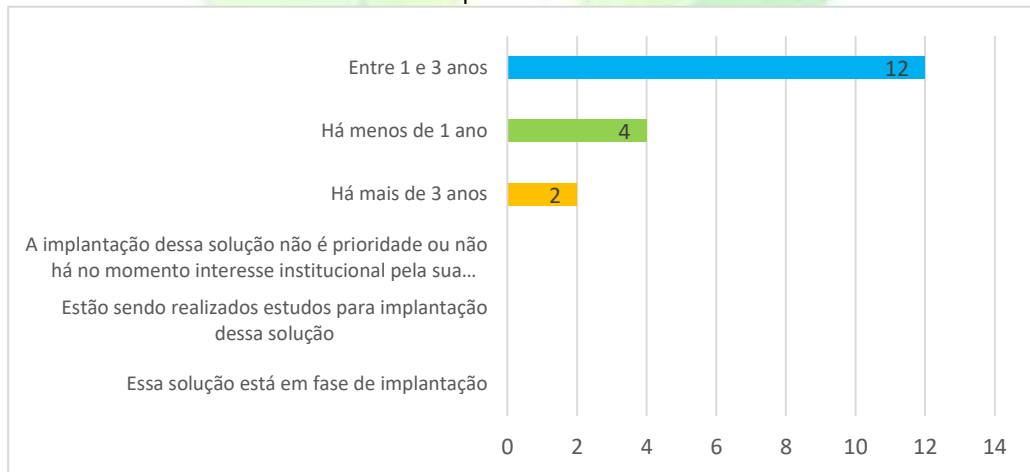
Gráfico 37- Existência nos Campi de canal para apresentar ou responder sugestões, queixas, reclamações etc, sobre meio ambiente e/ou sustentabilidade.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

O Gráfico 38, indica que os 18 Campi (100%) já possuem Comissão Interna de Meio Ambiente, somando 14 Campi (77%) os que já possuem há mais de 1 ano, são eles: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Avançado Vigia, Breves e Tucuruí. Já 4 Campi: Belém, Itaituba, Marabá Industrial e Marabá Rural instituíram suas comissões há menos de 1 ano, o que corresponde 22% dos Campi pesquisados.

Gráfico 38 - Existência nos Campi de Comissão Interna de Meio Ambiente.



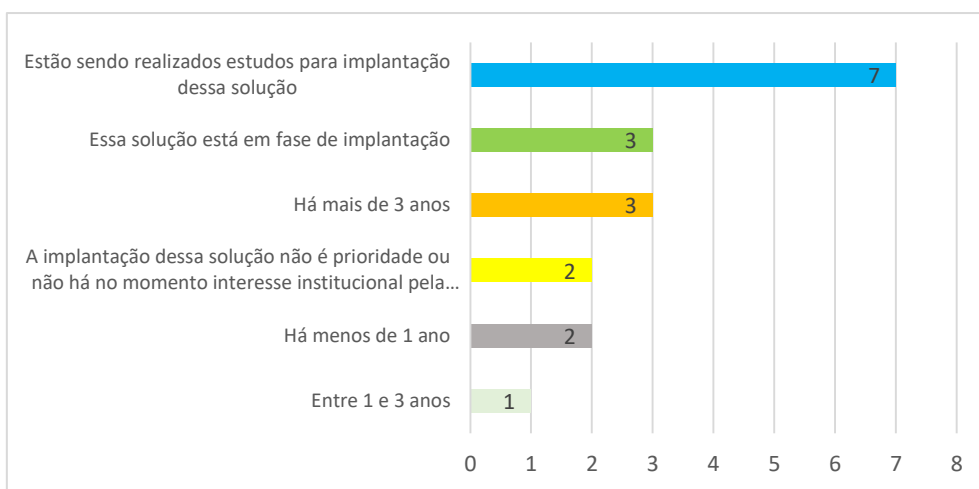
Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

Em relação a eficiência do gasto público, considerada como a realização por parte dos Campi de medidas que acarretem uma forma mais eficiente de utilização dos recursos públicos, observa-se por meio do Gráfico 39 que 6 Campi, equivalente a 33% dos pesquisados, já utilizam essas medidas, destes, 2 Campi (11%): Itaituba e Marabá Industrial informaram utilizar essas medidas há menos de 1 ano, o Campus Óbidos (5%) já utiliza entre 1 e 3 anos e 3 Campi (16%): Ananindeua, Paragominas e Tucuruí utilizam há mais de 3 anos.

Essas medidas para utilização mais eficiente dos recursos públicos estão em fase de implantação em 3 Campi: Belém, Parauapebas e Santarém, totalizando 16 % dos pesquisados. Em 7 Campi, equivalente a 38%, estão sendo realizados estudos para implantação dessas medidas, sendo eles: Abaetetuba, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia e Marabá Rural (Gráfico 39).

Para 2 Campi: Altamira e Avançado Vigia a implantação dessas medidas não são prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, o que equivale a 11% das unidades pesquisadas, conforme o Gráfico 39.

Gráfico 39 -Eficiência do gasto público.



Fonte: Comissão de Meio Ambiente/IFPA (2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados dos questionários aplicados, conclui-se que:

- Apesar de já ter sido instituída a Política de Meio Ambiente no IFPA, desde o ano de 2017, e possuir ainda um Plano Institucional de Ações Ambientais (PIAA), aprovado em 2019, 45% dos Campi ainda não possuem o Plano Anual de Ações Ambientais;
- Para que a Política Institucional de Meio Ambiente (PIMA) seja efetivada é necessário que haja um envolvimento de toda a comunidade acadêmica, no entanto percebe-se que em apenas 60 % dos Campi há esse envolvimento da comunidade acadêmica;
- A utilização de água proveniente de poço artesiano, por parte de 15 Campi, representando 83% dos pesquisados, dificulta o registro das informações de consumo diário, mensal e anual;
- Em 16% dos campi a capacitação e sensibilização da comunidade, para as ações de sustentabilidade, ainda não é prioridade ou não há no momento interesse institucional pela sua implantação, o que dificulta as ações das comissões locais em relação ao desenvolvimento da Política de Institucional de Meio Ambiente
- Em relação a realização de licitações sustentáveis 55% dos Campi já realizam e 50 % das unidades já priorizam critérios de sustentabilidade na aquisição de bens;

Este questionário apresentou algumas limitações, pois como sua maior parte é quantitativa, não permitiu a discussão das particularidades de cada campus, por exemplo: projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos pelas unidades, tipos de incentivos acadêmicos concedidos a alunos que realizam atividades de sustentabilidade, as possíveis dificuldades na elaboração do PAA, entre outras.

Diante do atual cenário, a partir dos questionários aplicados, observa-se que há a necessidade de somar esforços entre as Comissões Central e Locais, Reitoria e Campi, no sentido de efetivar a PIMA, bem como as ações do PIAA para que se possa garantir o tripé ensino, pesquisa e extensão, observando os critérios de sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5940, de 25 de outubro de 2006** – institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7746, de 5 de junho de 2012** – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm Acesso em 01 de abril de 2020.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 5. ed. 2009.

